



**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL**

**VAMBERTO TEIXEIRA XAVIER DA COSTA**

**A DÍVIDA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA:  
análise de alguns indicadores de referência econômico-  
financeira – 2001/2005**

**JOÃO PESSOA – PB  
2012**

**VAMBERTO TEIXEIRA XAVIER DA COSTA**

**A DÍVIDA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA:  
análise de alguns indicadores de referência  
econômico-financeira – 2001/2005**

Monografia apresentada à Coordenação do Curso de Especialização em Gestão Pública Municipal da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), em cumprimento às exigências acadêmicas para obtenção do grau de Especialista.

**Orientadora:** Prof.<sup>a</sup> Maria do Carmo Moura

**JOÃO PESSOA - PB  
2012**

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL-UEPB

C837d

Costa, Vamberto Teixeira Xavier da.

A dívida pública do município de João Pessoa: análise de alguns indicadores de referência econômico-financeira - 2001/2005 [manuscrito] / Vamberto Teixeira Xavier da Costa. – João Pessoa, 2012.

47 f.il: Color

Monografia (Especialização em Gestão Pública Municipal) - Universidade Estadual da Paraíba, Coordenação Institucional de Projetos Especiais - CIPE, 2012.

“Orientação: Prof<sup>a</sup> Ma. Maria do Carmo Moura, UNIPE/UNIPB-FPB”.

1. Finanças Públicas. 2. Dívida Pública. 3. Indicadores econômico-financeiros. I. Título.


21. ed. CDD 352.14

VAMBERTO TEIXEIRA XAVIER DA COSTA

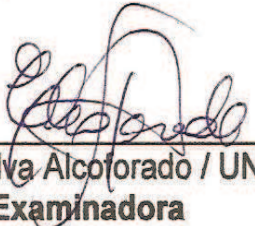
**A DÍVIDA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA:  
ANÁLISE DE ALGUNS INDICADORES DE REFERÊNCIA  
ECONÔMICO-FINANCEIRA – 2001/2005**

Monografia apresentada à Coordenação do Curso de Especialização em Gestão Pública Municipal da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), em cumprimento às exigências acadêmicas para obtenção do grau de Especialista.

Aprovada em 07/10/2012

  
Prof.<sup>a</sup> Ms. Maria do Carmo Moura / UNIPÊ/UNIPB-FPB  
**Orientadora**

  
Prof. Ms. Jesiel Ferreira Gomes / UFCG  
**Examinador**

  
Prof.<sup>a</sup> Ms. Elizabeth da Silva Alcoforado / UNIPÊ/UNIPB/FPB  
**Examinadora**

*A meus pais Bartolomeu e Nivam  
pela minha formação e estímulo em busca do saber.  
A minha esposa Sandra  
pelo amor e compreensão a mim proporcionados.*

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por ter me concedido o milagre da vida e sempre estar ao meu lado durante toda minha existência. A Ele dou graças pela conclusão deste trabalho monográfico.

Aos Meus pais *Bartolomeu Xavier* e *Nivam Teixeira*, pela colaboração na construção de meu caráter e pela dedicação a mim dispensada durante toda minha vida.

A minha esposa *Sandra Magda*, pelo seu carinho, apoio e compreensão, além de ser a principal responsável por meu ingresso no universo acadêmico.

Aos meus irmãos *Daniel, Júnior, Angélica* e *Ângelo*, meus sobrinhos *Juan Pablo* e *Luís Guilherme*, minha cunhada *Suênia Karla* e demais membros de minha família pela torcida.

Ao nosso tutor *Jean Patrício*, pelo apoio, dedicação e conhecimentos transmitidos.

Aos professores da especialização que contribuíram ensinando e aprendendo junto conosco, especialmente a Professora *Maria do Carmo* pela orientação deste trabalho, além do Professor *Jesiel* e da Professora *Elizabeth* pela valiosa participação no resultado final do trabalho.

Aos meus colegas de turma que contribuíram para o meu crescimento pessoal e formação acadêmica, em especial ao meu amigo *Thiago Poggi*.

Aos funcionários da UEPB, pela presteza e atendimento quando nos foi necessário.

Enfim, agradeço a todos que direta ou indiretamente contribuíram para conclusão deste trabalho acadêmico.

*Não terá paz na terra enquanto perdurem as opressões dos povos,  
as injustiças e os desequilíbrios econômicos que ainda existem.*

Beato João Paulo II

## RESUMO

Esta monografia corresponde a uma análise comparativa dos indicadores econômicos-financeiros do município de João Pessoa de 2001 a 2005. Seu objetivo foi construir estes indicadores a partir das variáveis macroeconômicas municipais como PIB, dívida consolidada líquida, receita líquida e resultado primário. Para se mensurar o endividamento público utilizaram-se as relações Dívida/PIB e Dívida Consolidada Líquida/Receita Líquida. Além destas relações, para se verificar se as metas do Fundo Monetário Internacional e da Lei de Responsabilidade Fiscal estavam sendo cumpridas também foi usada a relação do Gasto Total com Pessoal como percentual da Receita Líquida. A Carga da Dívida foi construída a partir da relação Serviço da Dívida/Receita Líquida, e o Serviço da Dívida é compreendido pelo somatório dos pagamentos de Amortização e Juros. Empregou-se a coleta de dados secundários a partir de dados disponíveis em órgãos fiscalizadores da gestão pública. O período analisado é composto pelos anos que sucedem a Lei de Responsabilidade Fiscal, onde se verificou que, apesar de sua austeridade e da obtenção de resultados primários superavitários, ocorreu um aumento do endividamento do município.

**Palavras-chave:** Finanças Públicas. Dívida Pública. Indicadores Econômico-financeiros.



## **ABSTRACT**

This monograph represents a comparative analysis of the economic-financial indicators of the city of João Pessoa from 2001 to 2005. His goal was to build these indicators from local macroeconomic variables like GDP, consolidated net debt, net revenue and primary outcome. To measure the public debt were used relations Debt / GDP and Consolidated Net Debt / Net. In these relationships, to see if the goals of the International Monetary Fund and the Fiscal Responsibility Act were being met was also used the ratio of Total Personnel Expense as a percentage of net revenue. The Burden of Debt was built from the relation Debt Service / Net Revenue and Debt Service is comprised of the sum of amortization and interest payments. Was employed to collect data from secondary data available in the inspectors of public management. The analyzed period consists of the years succeeding the Fiscal Responsibility Law, which found that, despite its austerity and achieve results primary surplus, an increase of indebtedness of the municipality.

**Keywords:** Public Finance. Public Debt. Economic and financial indicators.

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Deflator Índice IGP-DI ano base 2001.....	29
Tabela 2 – Evolução do Produto Interno Bruto do município de João Pessoa de 2001 a 2005.....	31
Tabela 3 – Evolução da Dívida Consolidada Líquida do município de João Pessoa de 2001 a 2005.....	32
Tabela 4 – Evolução do PIB e da DCL do município de João Pessoa de 2001 a 2005.....	33
Tabela 5 – Receita Líquida do município de João Pessoa de 2001 a 2005.....	34
Tabela 6 – Evolução da Receita Líquida e da DCL do município de João Pessoa de 2001 a 2005.....	35
Tabela 7 – Evolução do PIB, da RL e da DCL do município de João Pessoa de 2001 a 2005.....	37
Tabela 8 – Serviço da dívida do município de João Pessoa de 2001 a 2005 – Valores Correntes.....	38
Tabela 9 – Serviço da dívida, receita líquida e carga da dívida do município de João Pessoa de 2001 a 2005.....	38
Tabela 10 – Despesas do município de João Pessoa de 2001 a 2005.....	40
Tabela 11 – Receita líquida, despesa total e resultado primário do município de João Pessoa de 2001 a 2005.....	41
Tabela 12 – Despesas com pessoal de 2001 a 2005 - valores constantes.....	43

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução do Produto Interno Bruto do município de João Pessoa de 2001 a 2005.....	31
Gráfico 2 - Evolução da Dívida Consolidada Líquida do município de João Pessoa de 2001 a 2005.....	32
Gráfico 3 - Evolução do PIB e da DCL do município de João Pessoa de 2001 a 2005.....	33
Gráfico 4 - Evolução da Dívida Consolidada Líquida como % do PIB de 2001 a 2005.....	34
Gráfico 5 - Receita Líquida do município de João Pessoa de 2001 a 2005.....	35
Gráfico 6 - Evolução da Receita Líquida e da DCL do município de João Pessoa de 2001 a 2005.....	36
Gráfico 7 - Evolução da Dívida Consolidada Líquida como % da RL de 2001 a 2005.....	36
Gráfico 8 - Evolução do PIB, da RL e da DCL do município de João Pessoa de 2001 a 2005.....	37
Gráfico 9 - Evolução do PIB, da Dívida Total e da Receita Líquida – Valores Constantes 2000-2006.....	38
Gráfico 10 - Serviço da dívida do município de João Pessoa de 2001 a 2005.....	39
Gráfico 11 - Evolução da Carga da Dívida pela relação Serviço da Dívida/Receita Líquida em % de 2001 a 2005.....	39
Gráfico 12 - Despesas do município de João Pessoa de 2001 a 2005.....	40
Gráfico 13 - Receita líquida, despesa total e resultado primário do município de João Pessoa/PB de 2001 a 2005.....	41
Gráfico 14 - Evolução dos indicadores de endividamento do município de João Pessoa de 2001 a 2005.....	43
Gráfico 15 - Gasto total com pessoal - % da Receita Líquida 2001-2005.....	44

## LISTA DE SIGLAS

- AROs** – Antecipação de Receitas Orçamentárias
- BACEN** – Banco Central do Brasil
- BRB** – Banco de Brasília S.A.
- CMN** – Conselho Monetário Nacional
- CF** – Constituição Federal
- DCL** – Dívida Consolidada Líquida
- FGV** – Fundação Getúlio Vargas
- FMI** – Fundo Monetário Internacional
- ICMS** – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
- IGP-DI** – Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna
- LBCE** – Letras do Banco Central Especial
- LRF** – Lei de Responsabilidade Fiscal
- MP** – Medida Provisória
- NFSP** – Necessidades de Financiamento do Setor Público
- PIB** – Produto Interno Bruto
- PROES** – Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária
- RCL** – Receita Corrente Líquida
- RL** – Receita Líquida
- RSF** – Resolução do Senado Federal
- SELIC** – Sistema Especial de Liquidação e Custódia
- SIAFI** – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
- STN** – Secretaria do Tesouro Nacional

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>12</b>
<b>2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E HISTÓRICA SOBRE AS TEORIA DAS FINANÇAS PÚBLICAS.....</b>	<b>14</b>
2.1 OS OBJETIVOS DA POLÍTICA FISCAL E AS FUNÇÕES DO GOVERNO.....	15
2.2 TEORIA DA TRIBUTAÇÃO .....	16
2.3 GASTO PÚBLICO .....	17
2.4 DÍVIDA PÚBLICA .....	18
2.5 A IMPORTÂNCIA DA REDUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA .....	19
2.6 A CRISE DOS ESTADOS BRASILEIROS.....	20
2.7 O REFINANCIAMENTO DOS GOVERNOS SUBNACIONAIS.....	21
2.8 EXTINÇÃO, PRIVATIZAÇÃO E SANEAMENTO DOS BANCOS ESTADUAIS.....	22
2.9 LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL .....	23
<b>3 METODOLOGIA .....</b>	<b>25</b>
3.1 CONCEITOS BÁSICOS RELEVANTES .....	26
3.2 DEFLACIONAMENTO.....	28
<b>4 ANÁLISE E DISCUSSÃO.....</b>	<b>30</b>
4.1 A DÍVIDA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA.....	30
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>45</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>46</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Este trabalho configura-se como exigência acadêmica apresentada à Coordenação do Curso de Especialização em Gestão Pública Municipal da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), em cumprimento às exigências acadêmicas para obtenção do grau de Especialista, cuja abordagem centra-se na economia do setor público, com o objetivo de verificar o comportamento da dívida pública do município de João Pessoa no período de 2001 a 2005, através da análise de indicadores econômico-financeiros.

Especificamente buscou-se observar a evolução do PIB pessoense para poder acompanhar a relação dívida/PIB, como também se procurou verificar a trajetória do tamanho da dívida através da relação dívida/receita líquida e mensurar a carga da dívida relacionando o serviço da dívida com a receita líquida, para assim verificar quais fatores influenciaram o comportamento da dívida pública no município de João Pessoa. A limitação do período (2001-2005) deve-se a mudança na disponibilização dos resultados dos municípios por parte do Tesouro Nacional a partir de 2006.

Em termos metodológicos recorreu-se a uma pesquisa predominantemente quantitativa empregando-se o método estatístico com a adoção de dados secundários coletados através de documentação indireta e levantamentos bibliográficos a partir de relatórios demonstrativos dos principais agregados da receita e despesa do governo municipal.

O tema dívida pública frequentemente esta presente nas discussões acerca da questão fiscal no Brasil. Apesar das renegociações e transferências de dívidas do estado para a União no governo Fernando Henrique Cardoso (FHC) e da criação da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) apresentarem uma solução para a problemática, o tema ainda é relevante, principalmente se compararmos o momento atual com a situação anterior à política de austeridade fiscal que se fez necessária implantar em decorrência das mudanças macroeconômicas ocorridas depois da implementação do Plano Real. Além disso, é importante observar se estas soluções estão sendo eficientes, pois as dívidas públicas interferem no comportamento da sociedade e na economia.

Atualmente, a eficiência dos gastos governamentais além de amplamente discutida, é um dos principais temas abordados dentre Finanças Públicas, o que nos

remete a tentativa de contribuir para compreensão da evolução do endividamento do setor público do município de João Pessoa no período de 2001 a 2005.

Os indicadores econômicos das finanças públicas sinalizam como evolui a economia de determinada região, seja país, estado, município, etc. Nesse sentido, faz-se necessário nortear o público em geral do ponto de vista de investimentos, levando a seu conhecimento alguns indicadores econômico-financeiros necessários a tomadas de decisões quanto suas inversões, pois estas informações contribuem para a redução do risco.

Neste sentido, os principais resultados sinalizam que a partir de 2001, apesar do aumento real da receita líquida e do resultado primário, acompanhados de uma redução real da carga da dívida, ocorreu um aumento bastante acentuado da dívida pública municipal em função da fragilidade do município quanto às finanças públicas e orçamentárias.

Além desta introdução, como Primeira Seção, onde se explana o objeto a ser investigado, o presente trabalho monográfico possui mais cinco seções. A Segunda Seção demonstra alguns referenciais teóricos e históricos da dívida pública. Destacando-se o campo da teoria das finanças públicas, que descreve as funções do governo, sua imprescindibilidade na presença de falhas de mercado, e como ocorre a tributação, o gasto público e a dívida pública. No âmbito histórico, destacam-se como ocorreu a elevação do endividamento dos estados e quais as medidas adotadas pela União na tentativa de sanar esse problema. A Terceira Seção expõe a metodologia aplicada no desenvolvimento da pesquisa, evidenciando também as principais fontes de dados secundários utilizadas. Esta seção também mostra como se deu a sistematização do trabalho e quais autores serviram de referência mais significativa. A Quarta Seção contém o desenvolvimento da pesquisa empírica sobre o processo evolutivo da Dívida Pública do município de João Pessoa, observando o comportamento de alguns indicadores fiscais, como PIB, Receita Corrente Líquida (RCL), Serviço da Dívida e Resultado Primário, e suas relações com a dívida. A Quinta Seção apresenta as conclusões após o desenvolvimento do trabalho, e por fim dispõe-se as Referências relevantes que embasaram a análise apresentada.

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E HISTÓRICA SOBRE AS TEORIA DAS FINANÇAS PÚBLICAS

A teoria das finanças públicas analisa as funções do governo, bem como a teoria da tributação e da dívida pública, surgindo para explicar a presença do governo diante da existência de falhas de mercado.

As falhas de mercado caracterizam-se por fatos que não permitem que a economia atinja o ótimo de Pareto, ou seja, o melhor estado de bem estar social pelo livre mercado, sem intervenção governamental. Falhas de mercado são caracterizadas pela existência de bens públicos, de monopólios naturais, de externalidades, de mercados incompletos, de informação imperfeita ou assimétrica e de instabilidade econômica e desemprego (VARIAN, 2006).

Bens públicos são os bens usufruídos por várias pessoas ao mesmo tempo, a exemplo de um semáforo ou de iluminação pública. São de consumo indivisível e não excludente, ou seja, um indivíduo que usa um bem público não interfere no direito de outros indivíduos também o utilizarem.

Para Sandroni (2004), o monopólio natural ocorre quando a condição de mercado, onde a estrutura ideal para instalação e produção de uma empresa para atender a todo o mercado é necessariamente tão grande, de tal forma que só exista espaço no mercado para uma empresa. Surgindo sempre que a demanda é suficientemente pequena, que só pode ser atendida por uma empresa, com uma produção que atenda a um decréscimo de custos por economia de escala. Supondo que outra empresa entre para concorrer em um mercado restrito, os custos seriam demasiadamente elevados. Geralmente os monopólios naturais são regulados pelo Estado ou agências reguladoras.

Segundo Varian (2006), uma situação de externalidade de consumo ocorre quando um consumidor se preocupa diretamente com a produção ou consumo de outro agente. Já uma externalidade na produção ocorre quando as possibilidades de produção de uma empresa sofrem influência das escolhas de outra empresa ou consumidor. A característica mais relevante da externalidade é que existem bens com os quais os indivíduos se preocupam que não são vendidos nos mercados, ou seja, cada agente poderia tomar a decisão de consumir ou produzir sem se preocupar com as decisões dos demais agentes. Os mecanismos de mercado são capazes de alocações ótimas no sentido paretiano, na ausência de externalidades.



Na presença de externalidades, os recursos não são provisionados eficientemente no sentido de Pareto, porém, outras instituições como o governo, de certa forma simulam os mecanismos de mercado para que se obtenha o ótimo de Pareto.

Os mercados são considerados incompletos quando um bem ou serviço não é ofertado neste, mesmo que o seu custo produtivo esteja abaixo do preço que os consumidores estivessem dispostos a pagar. Esta falha está sujeita a ocorrer porque a iniciativa privada não está sempre determinada a assumir riscos.

Na presença de falhas de informação, o Estado precisa intervir, pois o mercado é incapaz de disponibilizar todas as informações necessárias para que os agentes sejam racionais em suas decisões. Um exemplo de como o Estado pode intervir é solicitando que os agentes publiquem determinados relatórios, como no caso da LRF que obriga os estados e municípios a publicarem relatórios com suas contas públicas (GIAMBIAGI, 2000).

Mesmo que o mercado fosse perfeitamente competitivo, haveria a possibilidade de existir inflação e desemprego. Neste sentido, o Estado pode interferir na economia através de políticas que busquem atingir o pleno emprego e a estabilidade de preços. O Estado ao buscar corrigir as falhas de mercado em determinados momentos, pode precisar elevar seus gastos a um nível maior que suas receitas, provocando assim seu endividamento.

## 2.1 OS OBJETIVOS DA POLÍTICA FISCAL E AS FUNÇÕES DO GOVERNO

Ao Governo são atribuídas três funções distintas. Em primeiro lugar, a função alocativa, que se refere à capacidade do governo de alocar recursos para ofertar bens públicos, bens meritórios e desenvolvimento através do provimento de infra-estruturas. A segunda função é a distributiva que diz respeito à redistribuição de rendas através das transferências, impostos e subsídios do governo, a exemplo da destinação dos recursos provenientes dos tributos aos serviços públicos de saúde e educação, beneficiando principalmente as famílias de renda mais baixa. Por último destacamos a função estabilizadora, que é a função que o governo possui de promover o emprego, a estabilidade e o desenvolvimento econômico, através da aplicação das diversas políticas econômicas, quando o mercado é incapaz de alcançar estes objetivos (GIAMBIAGI, 2000).

## 2.2 TEORIA DA TRIBUTAÇÃO

Para conseguir exercer as suas funções, o governo necessita de recursos, e sua fonte mais relevante é a arrecadação tributária. É necessário levar em consideração alguns conceitos que têm por finalidade fazer com que o sistema tributário seja o melhor possível para sociedade. Pelo conceito da equidade, todo indivíduo deve contribuir com uma quantia justa. Pelo conceito da progressividade, as alíquotas aumentam à medida que os níveis de renda dos contribuintes são mais elevados. O conceito da neutralidade determina que a tributação não deva desestimular o consumo, a produção e o investimento. Por fim, o conceito da simplicidade determina que o cálculo, a cobrança e a fiscalização dos tributos devem ser simplificados para que os custos administrativos não sejam elevados (GIAMBIAGI, 2000).

Existem três modalidades distintas de tributação: impostos são tributos cobrados que não possuem uma finalidade específica, contribuições são tributos que possuem suas aplicações pré-determinadas e taxas são tributos destinados à manutenção do funcionamento de determinados serviços públicos (GIAMBIAGI, 2000).

O imposto é um tributo independente de qualquer atividade estatal específica relativa ao contribuinte ou independente da contraprestação de um serviço, exigido compulsoriamente com a finalidade de financiar os gastos públicos orçamentários. Sua cobrança compete ao ente (União, estado, Distrito Federal ou município) definido e elencado na Constituição Federal (CF) de 1988, sendo privativa para cada ente, ou seja, apenas o ente determinado na CF pode cobrar o imposto que lhe é atribuído.

As contribuições possuem uma aplicação específica e são previstas na CF/88, podendo ser social, de interesse de categorias profissionais ou econômicas, de intervenção no domínio econômico ou da seguridade social, estas últimas só podem ter sua cobrança efetivada após 90 dias após a lei que as instituiu e a competência para sua instituição é exclusivamente da União.

Taxa é um tributo cobrando em função da prestação de serviços públicos específicos e indivisíveis, efetivamente prestados ou colocados a disposição do contribuinte, ou ainda pelo exercício do poder de polícia. Os serviços precisam ser específicos e divisíveis, estando claramente definidos na lei e podendo ser medidos

no consumo por cada usuário efetivo ou potencial. Não podendo ser serviços genéricos ou indivisíveis, a exemplo da taxa de iluminação pública, comumente contestada como inconstitucional pelos cidadãos, pela característica de indivisibilidade entre os contribuintes beneficiados. O poder de polícia corresponde a uma série de atividades de fiscalização, aplicando-se a toda forma de repressão de atividades nocivas ao interesse público, a exemplo da vigilância sanitária. A competência de instituir taxas é comum a União, Distrito Federal, estados e municípios, podendo instituir taxas com o mesmo nome em suas esferas.

### 2.3 GASTO PÚBLICO

A principal ferramenta de ação do governo é o gasto público. O governo é uma instituição que coleta recursos através da tributação, para transferir estes recursos à outra parte da população, através de funções por ele assumidas, que outras instituições não adotariam ou não realizariam a contento, como a oferta de bens públicos, dentre os quais destacam-se a saúde, a educação, a defesa nacional, o policiamento, a regulação, a justiça e o assistencialismo.

A redução do gasto público surge da necessidade de se compensar o endividamento, incorrido em função do desequilíbrio das contas públicas de anos anteriores. Mais importante que diminuir o gasto público é melhorar sua eficiência. Ao governo é atribuída uma imensa quantidade de atividades, como podemos observar na Tabela 2, onde segundo o IBGE, as contas nacionais indicam que este é responsável por 10% do emprego e 18% do PIB. Levando-se em consideração ainda que esses 18% do PIB dizem respeito à soma dos gastos com pessoal, aquisição de bens e serviços e investimentos. Ou seja, exclui despesas com subsídios, transferências previdenciárias e juros da dívida pública, pois estas despesas são descontadas da rubrica Receita Tributária Bruta na contabilidade nacional para se calcular a Receita Tributária Líquida (IBGE, 1999 *apud* GIAMBIAGI, 2000).

A mensuração do tamanho da participação do Estado na economia pode-se dar pelo valor da Receita Tributária Bruta, que no Brasil representa aproximadamente 30% do PIB. Também devemos adir a importância das empresas estatais, embora estas já terem sido mais representativas no Brasil, a relevância do Estado na produção foi reduzida pelas privatizações (GIAMBIAGI, 2000).

A inclinação ao crescimento do gasto público vem sendo verificada há bastante tempo. Já na década de 1880, Adolph Wagner, baseando-se na análise da retrospectiva dos gastos públicos, formalizou a Lei de Wagner, afirmando que o desenvolvimento econômico provocaria a expansão do gasto público. Além da demanda por gastos públicos ter se elevado, esta também se transformou significativamente após a industrialização. Os custos com alguns serviços se elevaram de forma relevante com o avanço tecnológico, a exemplo dos custos com saúde. Guerras e crises político-econômicas corroboram para ampliação do governo, ao criarem as condições para o aumento da tributação. Após o fim das crises e das guerras, geralmente observa-se uma alteração na estrutura dos gastos, sendo improvável seu retorno ao grau inicial (CÂNDIDO JÚNIOR, 2001).

## 2.4 DÍVIDA PÚBLICA

O comportamento do devedor, no que se refere à dívida pública difere de um indivíduo ou de uma empresa, estes últimos quando se dispõem a retrair o consumo e o investimento para liquidar débitos em determinado período são recompensados pelo aumento da credibilidade, além do horizonte temporal destes ser longo. No caso de um governo se comportar desta forma, poderá ser avaliado pelos eleitores como um gestor incompetente correndo o risco de ser sucedido pela oposição em eleições futuras, esta se beneficiaria da austeridade do governo anterior, por não existir mais dívida ou restar apenas parte dela. Portanto, a preocupação do governante se dá no curto prazo, ou seja, no período em que ele está no governo, assim se fazem necessários mecanismos para restringir o endividamento. De outra forma, se não houvesse restrições, os governantes se endividariam gerando déficits elevados que seriam herdados por gestões futuras (GIAMBIAGI, 2000).

Três restrições são mais importantes para regular e limitar o déficit e o endividamento público. A princípio temos o mercado, onde os recursos inicialmente são ofertados pelo credor. Caso o devedor não liquide suas dívidas, em algum momento esta informação será disponibilizada ao público, então o mercado cortará o seu crédito.

O risco inflacionário é caracterizado como a segunda restrição, pois a partir do momento que o déficit atinge um grau elevado e na impossibilidade de financiá-lo através da emissão de novos títulos, a única opção do governo é de financiar este

déficit com a emissão de moeda. Caso esta expansão monetária seja maior que o aumento dos bens e serviços da economia, se refletirá no nível de preços, caracterizando a senhoriagem<sup>1</sup>.

Por último, temos as instituições que implementam a política fiscal, pois espera-se que as economias desenvolvidas criem mecanismos eficientes que sejam acionados quando o déficit público encontra-se elevado. Já nos países com menor grau de desenvolvimento, as políticas fiscais são menos rígidas, portanto, há uma tendência de endividamento público no atendimento da demanda sem uma elevação tributária imediata. Nos países mais desenvolvidos, por possuírem maior confiabilidade, os agentes econômicos possuem uma predisposição maior a emprestar que nos países de menor nível de desenvolvimento.

## 2.5 A IMPORTÂNCIA DA REDUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA

Segundo Giambiagi (2006), o processo evolutivo da dívida líquida do setor público pode ser destacado em três períodos específicos a partir de 1981: a crise da dívida externa no início da década de 1980, marcada por sua elevada e veloz expansão, pois a dívida pública era em sua maior parte externa e o câmbio se depreciou vigorosamente; em seguida, a partir da metade da década de 1980, ocorreu um declínio significativo, porém lento, inicialmente acompanhado da aceleração do crescimento e em seguida com a explosão inflacionária que diminuiu os juros reais; e, o terceiro e último período caracteriza-se por um intenso e consistente aumento da dívida no período pós-Real (pós 1994).

A razão dívida pública/PIB elevou-se a partir de 1994, devido à colaboração de diversos fatores. Entre 1995-98, o fator preponderante para esta elevação foi uma política fiscal expansionista compensada por uma política monetária contracionista para manter a inflação estabilizada. De 1999 a 2002, houveram melhorias significativas, onde foi possível observar um superávit primário relevante e uma queda dos juros reais. Porém, a razão dívida/PIB permaneceu crescendo, em função da desvalorização do real que exerceu um forte efeito no valor da dívida externa bem como da dívida interna indexada ao câmbio. Além da redução no ritmo

---

<sup>1</sup> Senhoriagem é a habilidade que o governo possui de auferir receita através de seu monopólio na emissão de moeda.

de crescimento do PIB e da elevação dos juros reais, em 2003, onde atingiu seu pico (GIAMBIAGI, 2000).

Uma dívida elevada representa um entrave à estabilização dos ajustes macroeconômicos, a exemplo do Brasil, pois tende a gerar altos juros básicos, o que demanda a geração de superávits primários expressivos para que as contas públicas não sigam um caminho catastrófico. A dívida elevada não permite que a política fiscal diminua o impacto dos ciclos econômicos, uma vez que eleva o risco desestimulando o investimento.

Nas crises mais recentes ocorridas no Brasil, o governo esteve impossibilitado de utilizar uma política fiscal anticíclica, onde o déficit público se elevaria, para amenizar a recessão, pois com a dívida pública em trajetória ascendente foi forçado a executar o oposto. Apenas com o declínio significativo da relação dívida/PIB o risco de que este tome um rumo insustentável, diante de elevações do déficit deixará de existir (GIAMBIAGI, 2006).

## 2.6 A CRISE DOS ESTADOS BRASILEIROS

As finanças públicas dos estados nas décadas de 1980 e 1990 caracterizaram-se por um forte desajuste fiscal. Esses desequilíbrios fiscais pioraram após a economia se estabilizar, mediante a implementação do Plano Real, em julho de 1994. Contribuindo para isto, a política monetária restritiva adotada pelas autoridades monetárias, com destaque em 1995, quando a taxa real do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC), índice pelo qual as taxas de juros cobradas pelo mercado se balizam no Brasil utilizada como referência pela política monetária, foi de 33,4% a.a., onerando o refinanciamento das dívidas estaduais. Além disso, a queda da taxa de inflação suprimiu um relevante mecanismo de equilíbrio orçamentário, uma vez que as despesas contratadas não tiveram mais seu valor corroído pela inflação (GIAMBIAGI, 2000).

Após a estabilização dos preços, a situação fiscal dos estados caracterizou-se por uma forte crise financeira, apresentando déficits primários entre 1995 e 1998 na média de 0,4% do PIB, contrastando com o governo central que teve superávits de 0,3% do PIB nessa rubrica, e com os anos anteriores onde os estados obtiveram superávit primário de 1988 a 1994 (GIAMBIAGI, 2000).

Vários governadores eleitos em 1994 atribuíram as dificuldades dos estados à perda de receita do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) provocada pela Lei Kandir que desonerou o ICMS das exportações. O que procede apenas em parte, uma vez que esta perda foi compensada parcialmente pela elevação das transferências dos fundos de participação a estados e municípios (GIAMBIAGI, 2000).

Fábio Giambiagi (2000) afirma que a acessibilidade a financiamentos associada ao poder dos governadores, permitiu a presença de déficits bastante elevados nos estados. A piora fiscal dos estados também é atribuída à elevação dos gastos com pessoal, através de elevados reajustes salariais, bem como do crescente número de inativos na composição da folha de pagamento dos estados.

No período entre 1995 e 1998, o Governo Federal melhorou o controle sobre o déficit dos estados, impedindo a utilização dos bancos estaduais para financiar os tesouros estaduais; limitando as Antecipações de Receitas Orçamentárias (AROs) junto ao sistema bancário; proibindo o uso de precatórios, motivada pelo uso indevido desses recursos no passado; extinguindo a utilização de empresas estatais para financiar os tesouros nacionais; renegociando as dívidas mobiliárias estaduais; e aprovando a reforma administrativa (GIAMBIAGI, 2000).

## 2.7 O REFINANCIAMENTO DOS GOVERNOS SUBNACIONAIS

A partir desse quadro os estados passaram a se deparar com uma preocupante crise de financiamento. O Banco Central do Brasil foi obrigado a ingerir no mercado, diante das dificuldades dos estados em refinar a dívida mobiliária, realizando operações de permuta de títulos estaduais por Letras do Banco Central Especial (LBCE), em operações denominadas de venda a termo de títulos (DIAS, 2004).

O Governo Federal observou a necessidade de solucionar o problema de maneira mais abrangente, editando a Medida Provisória (MP) 1.560/96, autorizando a consolidação, assunção e refinanciamento da dívida pública dos estados e do Distrito Federal, pela União. Após reedições consecutivas, a MP foi convertida em Lei 9.496/97, permitindo a União efetuar essas operações até 31 de março de 1998, prazo este prorrogado até 31 de março de 2000 (DIAS, 2004).

Amparados por essa Lei, a maioria dos estados assinaram contratos de refinanciamento, com exceção de Tocantins e Amapá. Os contratos implicaram na emissão de R\$ 115,6 bilhões em títulos de responsabilidade do Tesouro Nacional. Os contratos de refinanciamento celebrados entre os estados e a União serão liquidados em até 360 parcelas mensais e consecutivas, os juros calculados à taxa mínima de 6% a.a., incidindo sobre o saldo devedor atualizado. A correção monetária se dá pelo Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI), da Fundação Getúlio Vargas (FGV). A transferência para a União de ativos de propriedade dos estados era prevista nos contratos, para amortização de parte das dívidas renegociadas. Estipulando-se o total desses ativos, o correspondente a 20% do valor assumido (DIAS, 2004).

## 2.8 EXTINÇÃO, PRIVATIZAÇÃO E SANEAMENTO DOS BANCOS ESTADUAIS

Os bancos estaduais foram fortemente afetados pela estabilidade monetária proveniente do Plano Real, perdendo a receita inflacionária de aproximadamente 2,6% do PIB, evidenciando em seguida uma significativa dificuldade em se adaptar ao novo cenário do sistema financeiro nacional (DIAS, 2004).

Havendo ciência de que se fazia necessária a redução da participação do setor público estadual na atividade bancária, pois os bancos estaduais representavam uma relevante fonte de financiamento das despesas dos tesouros estaduais que, através deste mecanismo, possuía uma restrição orçamentária bastante flexível. Assim, o Governo Federal, procurou resolver o problema dos bancos estaduais, complementando assim o refinanciamento da dívida dos estados e da promoção de programas de ajustes fiscais, criando o Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária (PROES) através da Medida Provisória (MP) 1.514/96, que estabelece mecanismos objetivando incentivar a redução da presença do setor público estadual na atividade financeira bancária, junto com normas baixadas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) provocou a extinção, privatização ou transformação em agência de fomento da maioria das instituições financeiras estaduais (DIAS, 2004).

O PROES fez parte do Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal dos estados, que previa objetivos ou acordos referentes à privatização e reforma patrimonial. Através do PROES, foram assinados contratos extinguindo 10



instituições financeiras, privatizando 14 e saneando outras cinco. Os estados do Rio de Janeiro, Paraíba e São Paulo privatizaram seus bancos sem vínculos ao PROES e o Distrito Federal manteve o Banco de Brasília S.A. (BRB). O financiamento do Rio de Janeiro e São Paulo, juntamente com o PROES, importaram na emissão de R\$ 61,9 bilhões em títulos do Tesouro Nacional (DIAS, 2004).

Antes da criação do PROES, existiam 35 instituições financeiras de controle estatal, já no final de 2002 haviam apenas seis bancos comerciais ou múltiplos. A privatização desses bancos gerou receitas na ordem de R\$ 10,5 bilhões, receitas estas utilizadas para abater as dívidas dos estados com a União (DIAS, 2004).

Dessa forma, o PROES também contribuiu para fortalecer o Sistema Financeiro Nacional, pois solucionou problemas de liquidez e deterioração patrimonial defrontados pelos bancos estaduais, melhorando a qualidade do sistema financeiro e garantindo os interesses dos depositantes. Ou seja, a redução da participação dessas instituições no sistema bancário, contribuiu para diminuir o risco sistêmico.

## 2.9 A LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

A LRF, Lei Complementar n.º 101 de 04 de maio de 2000, surgiu para regular a Constituição Federal, quanto à tributação e o orçamento, estabelecendo normas gerais de finanças públicas às três instituições da federação: União, estados e o Distrito Federal e municípios, objetivando principalmente o controle dos gastos e endividamentos exorbitantes dos governos estaduais e municipais, limitando os gastos com pessoal em 60% da receita corrente líquida para estados e municípios e em 50% para União, limites estes baseados na Lei Complementar n.º 96, de 1999, intitulada de Lei Camata II. A LRF determinou ainda uma relação de 1,2 entre a dívida consolidada líquida e a receita corrente líquida, para estados e municípios, admitindo que, ao chegar-se a um equacionamento controlado das contas públicas dos estados e municípios, este seria o ponto propício ao crescimento sustentado destas instituições (BRASIL, 2002).

Antes do surgimento da LRF, a Lei 4.320/64 era a que normatizava as finanças públicas, não sendo substituída nem revogada pela primeira, sendo seus objetivos diferentes, pois as normas da LRF são aplicadas a gestão fiscal, enquanto

a Lei 4.320/64 determina normas gerais para como se planejar e controlar os orçamentos e balanços (BRASIL, 2002).

Antes do Plano Real, durante o período de inflação elevada, a verdadeira situação das finanças públicas era “mascarada”, através do que ficou conhecido como “efeito-Tanzi às avessas” ou “efeito-Bacha”, que consiste na corrosão do valor real da despesa pela inflação em função da defasagem entre a contratação do serviço ou da realização da compra e o seu efetivo pagamento. Neste cenário, as reformas fiscais foram necessárias para possibilitar um plano de estabilização onde a despesa real fosse contida, permitindo assim ao setor público um déficit fiscal reduzido, baseado em medidas estruturais, onde podemos citar acordos de renegociação de dívidas entre os estados e a União, no intuito de solidificar o regime fiscal da União e dos governos subnacionais (estados e municípios), até a promulgação da LRF em 2000 fechando a série de medidas adotadas neste sentido (FIORAVANTE, 2006).

Com o objetivo de atingir austeridade fiscal, através das normas de finanças públicas destinadas a responsabilidade na gestão fiscal, transformações estruturais foram realizadas, a partir de reformas, entre elas, da previdência e da administração pública. Com estas mudanças, as dívidas municipais necessitaram ser refinanciadas, fazendo com que surgissem as Leis n.º 7.976/89 e 8.727/93, que tratam do refinanciamento da dívida externa dos estados, dos municípios e do Distrito Federal pela União e das normas para a consolidação, e para a renegociação de novos prazos para o pagamento de dívidas, pela União, de dívidas internas dos estados, municípios e Distrito Federal, respectivamente.

A Lei n.º 9.496/97, que determina critérios para consolidação, comprometimento e refinanciamento, da dívida pública mobiliária dos estados e do Distrito Federal, tornou possível que os estados refinanciassem suas dívidas com taxas de juros diferenciadas, bem como prazos para amortização mais extensos, passando o refinanciamento da dívida subnacional a ser vinculado a ajustes patrimonial e fiscal, tornando o processo de controle de endividamento do setor público mais rígido (NASCIMENTO, 2001).

### 3 METODOLOGIA

Este estudo é o resultado de uma pesquisa na qual nos detivemos a fazer um levantamento bibliográfico sobre o comportamento da dívida pública do município de João Pessoa no período de 2001 e 2005, através da análise de indicadores econômico-financeiros. Caracterizando-se como uma pesquisa bibliográfica que segundo Severino (2007), tem por objetivo cobrir uma ampla gama de fenômenos que o pesquisador não poderia contemplar diretamente, desenvolvida exclusivamente a partir de fontes já elaboradas.

Para a realização da revisão bibliográfica aqui proposta, faz-se necessário realizar um levantamento teórico, através da coleta de informações bibliográficas por meio de artigos científicos, revistas eletrônicas, periódicos científicos, sites especializados, trabalhos científicos (monografias e dissertações) e também, livros didáticos e especializados na área, para um melhor entendimento da temática em destaque e posterior cumprimento do objetivo da pesquisa.

Os principais conceitos trabalhados ao longo do texto foram Dívida Pública, Dívida Consolidada, Dívida Líquida, Déficit Público, Endividamento, Produto Interno Bruto, Setor Público, entre outros. Esta atividade se fez necessária para atingirmos os objetivos propostos no projeto de pesquisa.

Ao escolher a realização de uma revisão da literatura, foi então, delimitado um período de abrangência dos estudos utilizados como fonte de pesquisa, sendo utilizadas fontes de pesquisa dos últimos quinze anos, procurando dar maior ênfase aos estudos mais atuais.

Uma importante fonte de pesquisa foi através do site do Tesouro Nacional que é um centro especializado de informação em dívida pública e indicadores Fiscais e de endividamento e o Ipeadata, sendo esses, bancos de dados e bibliotecas virtuais importantes para a obtenção dos dados para o estudo aqui proposto.

Além do levantamento bibliográfico feito através de livros, a nossa revisão também teve como fontes alguns periódicos científicos, que falavam da dívida pública, sendo selecionados autores como Giambiagi (2000; 2006), Sandroni (2004) Varian (2006), entre outros.

### 3.1 CONCEITOS BÁSICOS RELEVANTES

Para expor os dados de maneira que se facilite a percepção das informações apresentadas pelas tabelas e gráficos elaborados, como também auxiliar na interpretação dos resultados e dos indicadores construídos, alguns conceitos básicos sobre finanças públicas são definidos a seguir.

A Dívida Pública caracteriza-se pela dívida que o governo contrai quando financia o déficit público. Quanto à temporalidade as dívidas podem se caracterizar como fluante ou fundada. Os títulos negociáveis de curto prazo assumidos pelo governo, onde o período de amortização ou resgate não ultrapassa doze meses, comumente compreendida pelos restos a pagar, serviços da dívida a pagar e os débitos de tesouraria são denominados de Dívida Fluante. Enquanto que a Dívida Fundada é oriunda dos recursos do governo obtidos através de empréstimos e financiamentos contraídos através de contratos, emissão de títulos ou outras garantias que comprometam o seu resgate num exercício posterior. A dívida pode ser classificada ainda quanto à origem do empréstimo ou financiamento. O montante devido por uma determinada nação garantido pelo seu governo a instituições internacionais é denominado de Dívida Externa, e o somatório dos débitos do governo contraídos junto aos agentes do mesmo país é chamado de Dívida Interna (BACEN/DEPARTAMENTO ECONÔMICO, 2008).

A dívida pode se apresentar ainda como Dívida Consolidada quando os títulos negociáveis de longo prazo emitidos e reconhecidos pelo governo, mesmo quando a data de pagamento é indefinida. E como Dívida Líquida quando diz respeito ao saldo líquido do endividamento do setor público não-financeiro e do Banco Central com o sistema financeiro (público e privado), o setor privado não-financeiro e o resto do mundo. O saldo líquido, por sua vez é determinado pelo resultado da diferença entre as dívidas e os créditos do setor público não-financeiro e do Banco Central. (DIEESE, 2006).

Grande parte dos recursos captados através dos financiamentos é utilizada no refinanciamento ou rolagem das dívidas vincendas. O Endividamento caracteriza-se pelo aumento da dívida do governo decorrente da falta de planejamento ou da urgência de realização de uma despesa ou rolagem da dívida, tendo seu grau limitado por leis, pois as dívidas públicas interferem no comportamento econômico

da sociedade. O endividamento se refere à dívida líquida do setor público, que exclui da dívida bruta os ativos financeiros de posse do setor público.

O Déficit Público ou orçamentário, também denominado de Necessidade de Financiamento do Setor Público (NFSP), ocorre quando as despesas superam as receitas do governo, sendo o Déficit Primário quando se leva em consideração as receitas e as despesas do governo excluindo-se deste as despesas com juros das dívidas interna e externa do setor público, e o déficit operacional quando se acrescenta ao déficit primário o pagamento destes juros.

O Resultado Nominal sem desvalorização cambial é a variação nominal dos saldos da dívida líquida, descontados os ajustes patrimoniais do período e o impacto da variação cambial sobre a dívida externa e sobre a dívida mobiliária interna indexada a uma moeda estrangeira. Compreende também a atualização monetária da dívida, os juros reais e o resultado fiscal primário. O resultado nominal com desvalorização cambial passa a abranger o impacto da variação cambial sobre a dívida mobiliária interna indexada a moeda estrangeira, denominada de ajuste metodológico. Como os juros que incorrem sobre a dívida líquida resultam do nível da taxa de juros nominal e do estoque da dívida, estes determinados pelos déficits nominais acumulados no passado, impedem a mensuração correta do efeito causado pela política fiscal executada pelo Governo. Então, calculam-se assim o resultado primário do setor público, que é o déficit nominal (NFSP) menos os juros nominais incidentes sobre a dívida pública.

As NFSP dizem respeito à variação do endividamento do setor público não financeiro junto ao sistema financeiro e ao setor privado, domésticos ou do resto do mundo, seguindo os critérios adotados pelo manual de estatísticas fiscais do FMI. As necessidades de financiamento no Brasil são apuradas pelo conceito de caixa, com exceção das despesas de juros, que são apuradas pelo regime de competência contábil, e são medidas abaixo da linha, tomando por base as variações no valor de endividamento público (SANDRONI, 2004).

Estatísticas medidas Acima da Linha referem-se às estatísticas fiscais desagregadas, que apresentam as variáveis de receita e despesa. Enquanto que, estatística Abaixo da Linha, diz respeito à variável que comensura o desequilíbrio pela variação do endividamento público, sem a identificação se esta variação ocorreu em função da receita ou da despesa. As NFSP são medidas pela estatística abaixo da linha no Brasil, uma vez que o confronto entre as despesas e as receitas

difere da variação do endividamento, o que possivelmente ocorre pelo fato de algum item não ter sido apurado corretamente nas estatísticas desagregadas. O Regime de Caixa contabiliza as despesas nas estatísticas como tendo ocorrido no período em que são efetivamente pagas. A apuração pelo Regime de Competência ocorre quando as despesas são contabilizadas e consideradas nas estatísticas no momento em que a despesa é gerada, independente da liquidação ocorrer ou não (GIAMBIAGI, 2000).

A definição de Setor Público empregada na determinação da dívida líquida e do déficit público é o de setor público não-financeiro mais Banco Central, entendendo por setor público não-financeiro as administrações diretas federais, estaduais e municipais, as administrações indiretas, o sistema público de previdência social e as empresas estatais não-financeiras federais, estaduais e municipais. Incluindo-se os fundos públicos que não se caracterizam como intermediários financeiros (BACEN/ DEPARTAMENTO ECONÔMICO, 2008).

Um dos principais agregados macroeconômicos, o Produto Interno Bruto (PIB) se refere à produção total de bens finais da economia de uma região ou de país em um determinado período a preço de mercado. Porém, não estão incluídas no cálculo do PIB as atividades econômicas não-declaradas por serem ilegais ou terem seus impostos sonegados, a produção de bens e serviços sem valor de mercado, transações de compra e venda que envolvem a transferência de bens produzidos em períodos anteriores, e a exaustão de recursos naturais não-renováveis. Tratando o valor agregado dos bens e serviços finais produzidos dentro de um território econômico, independente da nacionalidade das unidades produtoras, excluindo-se deste as transações intermediárias e é medido a preços de mercado ou a custo de fatores.

### 3.2 DEFLACIONAMENTO

Para se relacionar valores monetários que compreendem uma série temporal é necessário ter o cuidado de verificar se no período que está sendo analisado houve inflação, o que é bastante comum. Assim, surge a necessidade de se deflacionar os valores nominais, o que ocorre ao convertê-los em moeda de poder aquisitivo constante. As evoluções das séries temporais monetárias em valores nominais não representam a real trajetória dos valores, ao contrário dos valores

Neste trabalho, algumas séries de indicadores fiscais do município de João Pessoa do período de 2001 a 2006 como o PIB, a DCL e a RL, serão deflacionados para mostrar a evolução em valores constante. A aplicação do deflacionamento ocorreu com a utilização do IGP-DI com fonte dos dados da Fundação Getúlio Vargas/Conjuntura Econômica. Para se construir a tabela com os Índices do IGP-DI seguiu-se o seguinte cálculo:

$$\text{Índice IGP-DI}_t = [ \text{Índice IGP-DI}_{t-1} + (\text{Índice IGP-DI}_{t-1} \times \text{IGP-DI}_t\%) ]$$

**Tabela 1:** Deflator Índice IGP-DI ano base 2001

<b>ANO</b>	<b>IGP-DI %</b>	<b>Índice Base 2000</b>
2001	10,2299093	100,00
2002	27,6590452	127,66
2003	6,94615274	136,53
2004	11,8747041	152,74
2005	1,42125163	154,91
2006	3,64123637	160,55
2007	8,19237698	173,70

Fonte: FGV/Conjuntura Econômica (elaboração própria)

Para conversão dos valores correntes em valores constantes temos o ano-base ou deflator igual a 100 e  $I_t$  para o índice deflator de um ano qualquer. Assim obtemos o valor deflacionado  $V_d$  a partir de um valor nominal  $V_n$ , através do seguinte cálculo:

$$V_d = 100 \times (V_n / I_t)$$

Para compor os indicadores: Tamanho da Dívida pela relação Dívida Consolidada Líquida / Receita Líquida, Relação Dívida Consolidada Líquida como percentual do PIB e Carga da Dívida pela relação Serviço da Dívida / Receita Líquida, não se faz necessário deflacionar os seus componentes, pois deflacionados ou não, apresentarão a mesma relação percentual, uma vez que esta relação é feita entre valores do mesmo ano. A construção desses indicadores é importante, pois apenas através deles é que se pode comparar o período analisado, pois seria impossível confrontá-los através de valores nominais.

## 4 ANÁLISE E DISCUSSÃO

### 4.1 A DÍVIDA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA

A economia brasileira passou por uma crise relevante na década de 1980, em função do aumento dos juros externos e da dificuldade de obter novos empréstimos junto a instituições internacionais, com destaque para o aumento da dívida externa e da presença de elevadas taxas de inflação, afetando conseqüentemente, as finanças dos estados e municípios. Nessa conjuntura ocorreram a redemocratização e a descentralização no país, renovando assim as relações institucionais entre a União e os estados e municípios.

A partir da Constituição de 1988 os estados e municípios ganharam autonomia financeira na gestão de suas finanças públicas num processo de descentralização fiscal, aumentando também sua participação nas transferências intergovernamentais.

Os estados e municípios passam então a atender suas demandas sociais, o que provocou uma forte pressão em suas finanças, pois sentiram-se obrigados a exibir uma gestão que apresente resultados concretos, através de investimentos com recursos provenientes de empréstimos e, principalmente, incrementos nos gastos em períodos pré-eleitorais, deteriorando assim os resultados primários.

Nesse período, era comum os governos estaduais e municipais financiarem seus gastos através de empréstimos realizados pelas instituições financeiras estaduais, aumentando a crise financeira desses estados e municípios.

Na Tabela 3 e no Gráfico 2, podemos observar o crescimento da dívida fundada total, que diz respeito às dívidas contraídas pelo município de João Pessoa através de contratos ou títulos com vencimento superior a um ano, entre 2001 e 2005. Através da Tabela 2 e do Gráfico 1, observamos que o PIB em valores correntes manteve-se praticamente estável neste período, aumentando apenas aproximadamente 4,45%. Porém, descontando-se o efeito da inflação, podemos constatar que o PIB efetivamente diminuiu 32,58% neste período. Enquanto que a dívida fundada cresceu significativamente, pois em 2001 a dívida fundada representava apenas 0,32% do PIB, e já em 2005 essa relação dívida/PIB era de 2,18%, passando pelo pico de 3,42% em 2004, conforme pode ser verificado na



Tabela 4. Desta forma verificamos a fragilidade das finanças públicas do município e de seu orçamento.

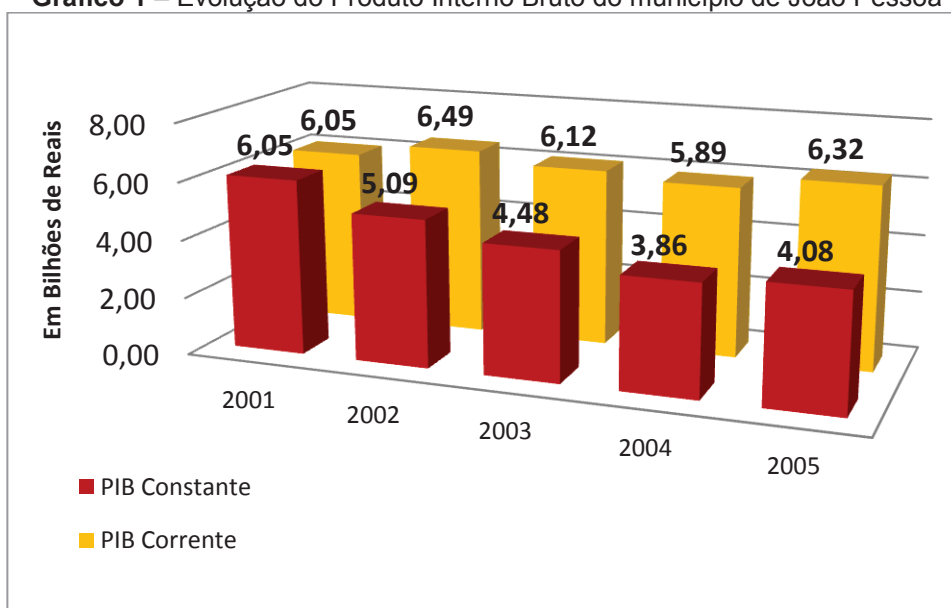
**Tabela 2:** Evolução do Produto Interno Bruto do município de João Pessoa  
Em R\$ 1,00

Ano	PIB	
	Corrente	Constante*
2001	6.052.643.340	6.052.643.340
2002	6.493.018.020	5.086.218.535
2003	6.119.962.340	4.482.620.694
2004	5.889.019.740	3.855.621.138
2005	6.321.750.280	4.080.935.335

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

(\*) Valores constantes de 2001

**Gráfico 1 –** Evolução do Produto Interno Bruto do município de João Pessoa



Elaboração própria a partir da Tabela 2.

Uma das maneiras de se determinar o tamanho da dívida é através da relação Dívida Total/Receita Líquida. A observação da dívida municipal em relação à receita líquida confirma o seu crescimento e a vulnerabilidade do orçamento municipal. Na Tabela 6 podemos observar que em 2001 a dívida fundada representava 7,29% da receita líquida, elevando-se essa relação para 25,79% em 2005, com pico de 44,65% em 2004. Enquanto a receita líquida teve um crescimento real de apenas 29,32% entre 2001 e 2005, de acordo com a Tabela 5, a dívida consolidada líquida teve uma elevação real de 357,4% conforme a Tabela 3.

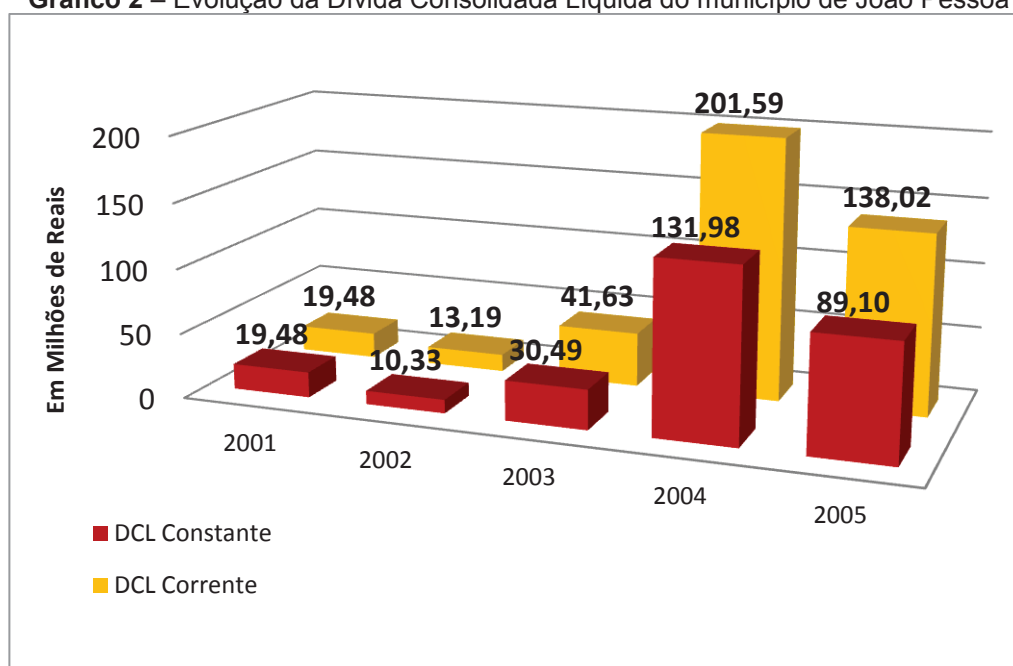
**Tabela 3:** Evolução da Dívida Consolidada Líquida do município de João Pessoa  
Em R\$ 1,00

Ano	Dívida Consolidada Líquida	
	Corrente	Constante*
2001	19.479.113	19.479.113
2002	13.189.930	10.332.155
2003	41.633.000	30.494.460
2004	201.586.000	131.981.090
2005	138.019.839	89.097.167

Fonte: Tesouro Nacional, relatórios fiscais do município.

(\*) Valores constantes de 2001

**Gráfico 2 –** Evolução da Dívida Consolidada Líquida do município de João Pessoa



Elaboração própria a partir da Tabela 3.

A DCL do município de João Pessoa em 2001, conforme a Tabela 3 era de cerca de 19.479 mil reais. Quando relacionado ao PIB do estado no mesmo ano, no valor de 6.052.643 mil reais, chegamos à conclusão de que esta dívida representava 0,32% do PIB municipal. Fazendo esta mesma relação no ano de 2005, verificamos que a DCL representava 2,18% do PIB municipal. Conforme descrito na metodologia, para se construir a relação DCL/PIB é indiferente que os valores sejam correntes ou constantes.

Apesar do declínio de 2001 para 2002, verifica-se uma escalada relevante da relação DCL/PIB municipal até o ano de 2005, o que podemos considerar que tenha ocorrido por dois motivos. Primeiro, pelo ano de 2004 ser um ano de eleições municipais, segundo pelos efeitos da instabilidade econômica gerada pelo setor

externo. Essa conjuntura interferiu nas taxas de câmbio e de juros, causando impactos negativos à gestão da dívida pública, o que impediu rolagens, modificando o perfil e composição da dívida.

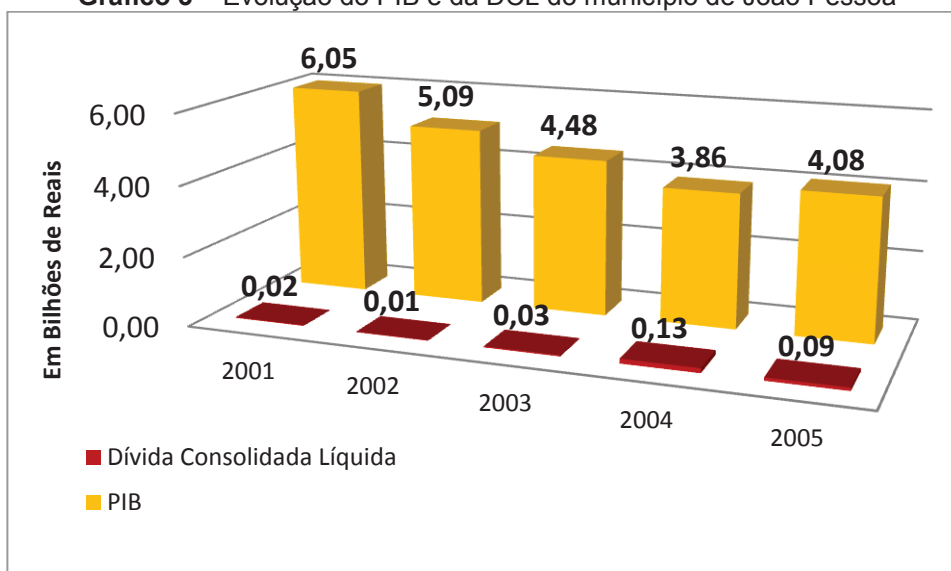
**Tabela 4:** Evolução do PIB e da DCL do município de João Pessoa  
Em R\$ 1,00

Ano	PIB Constante*	Dívida Consolidada Líquida	
		Constante*	% PIB
2001	6.052.643.340	19.479.113	0,32
2002	5.086.218.535	10.332.155	0,20
2003	4.482.620.694	30.494.460	0,68
2004	3.855.621.138	131.981.090	3,42
2005	4.080.935.335	89.097.167	2,18

Fontes: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e Tesouro Nacional, relatórios fiscais do município.

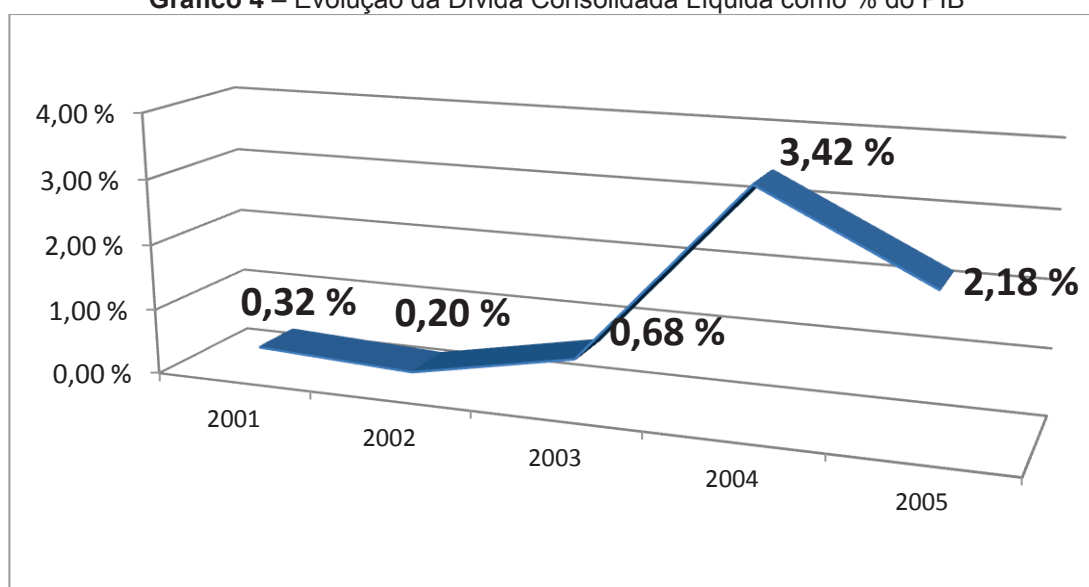
(\*) Valores constantes de 2001

**Gráfico 3 –** Evolução do PIB e da DCL do município de João Pessoa



Elaboração própria a partir da Tabela 4.

Os valores correntes podem iludir-nos, pois não medem a variação real da economia pessoense, pois não se está levando em consideração a inflação e parte do crescimento do PIB, da Dívida e da Receita Líquida decorre da elevação do nível de preços. Para eliminar este problema recorreremos ao deflacionamento, que consiste na conversão de valores correntes em valores reais, como apresentado na pauta metodológica deste trabalho. Os dados das Tabelas 3, 4, 6, 10, 11, 12 e 13 foram deflacionados pelo IGP-DI, a preços constantes do ano 2001.

**Gráfico 4 – Evolução da Dívida Consolidada Líquida como % do PIB**

Elaboração própria a partir da Tabela 4.

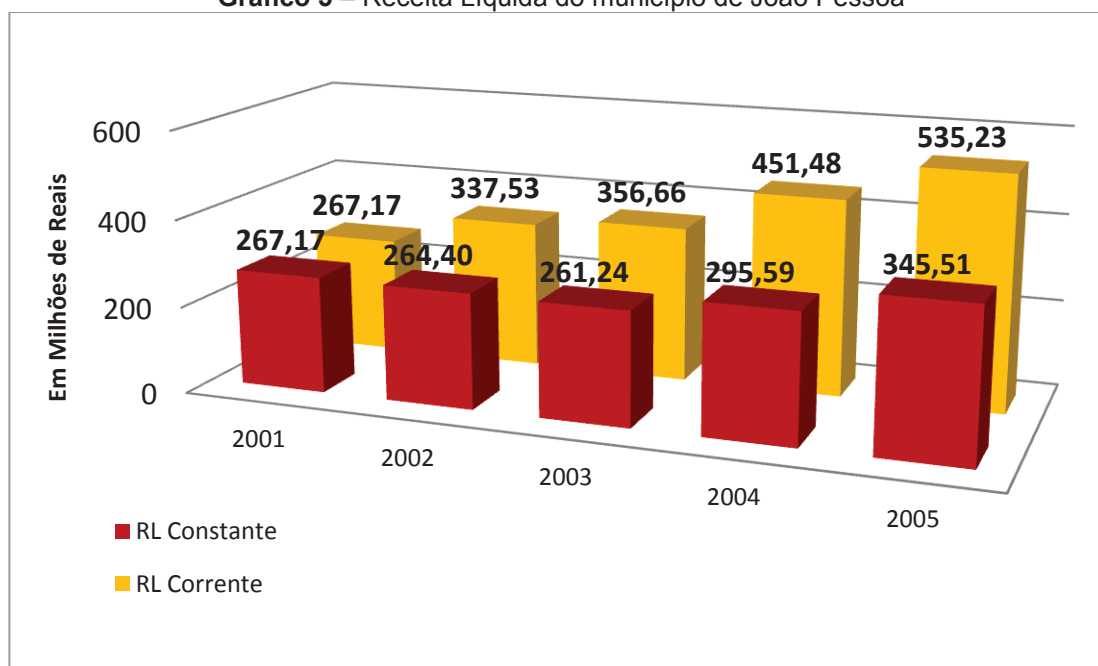
Em uma análise mais coerente dos indicadores fiscais do município de João Pessoa, pelos valores constantes, verificamos que os números obtiveram uma mudança significativa quando deflacionados. Esta observação é importante, para que se verifiquem atentamente os números apresentados ao público em geral, que são comumente divulgados sem os devidos equacionamentos, desta forma não refletindo a realidade da economia.

**Tabela 5: Receita Líquida do município de João Pessoa**  
Em R\$ 1,00

Ano	Receita Líquida	
	Corrente	Constante*
2001	267.173.950	267.173.950
2002	337.530.000	264.399.596
2003	356.657.000	261.236.583
2004	451.481.000	295.590.737
2005	535.229.218	345.511.248

Fonte: Tesouro Nacional, relatórios fiscais do município.

(\*) Valores constantes de 2001

**Gráfico 5 – Receita Líquida do município de João Pessoa**

Elaboração própria a partir da Tabela 5.

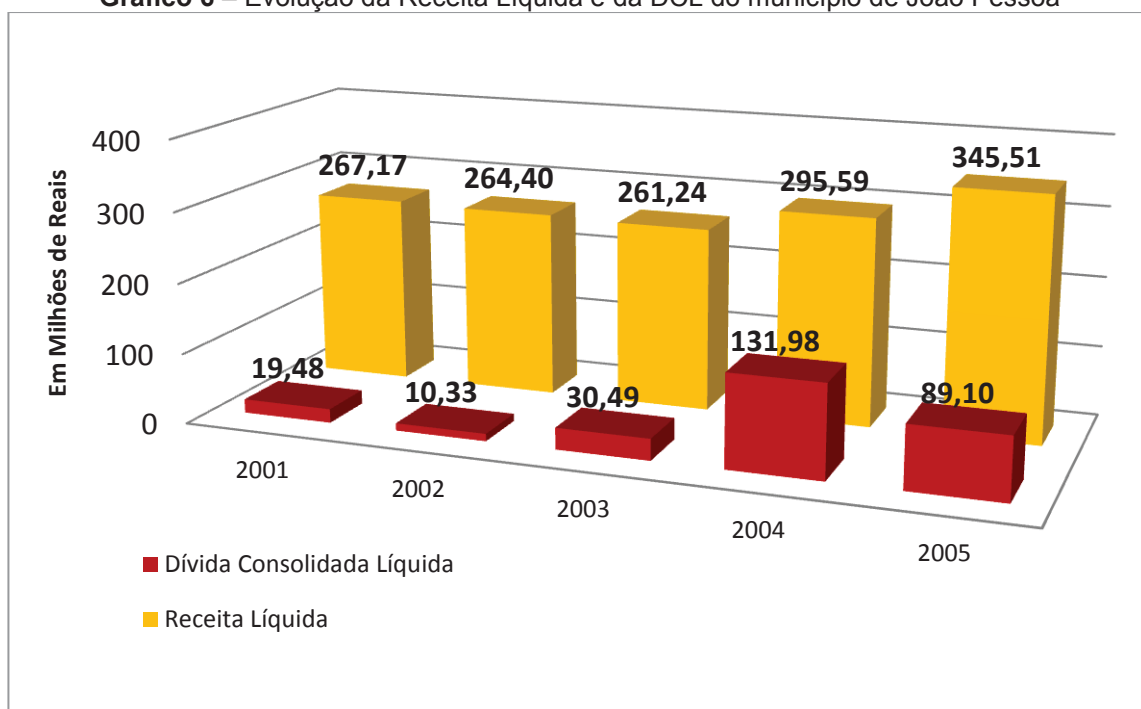
Determinando o tamanho da dívida através da relação DCL/Receita Líquida do Estado, através da Tabela 6 e do Gráfico 7, visualizamos um aumento desta relação, ou seja, uma expansão do tamanho da dívida de 7,29% em 2001 para 25,79% em 2005.

**Tabela 6:** Evolução da Receita Líquida e da DCL do município de João Pessoa  
Em R\$ 1,00

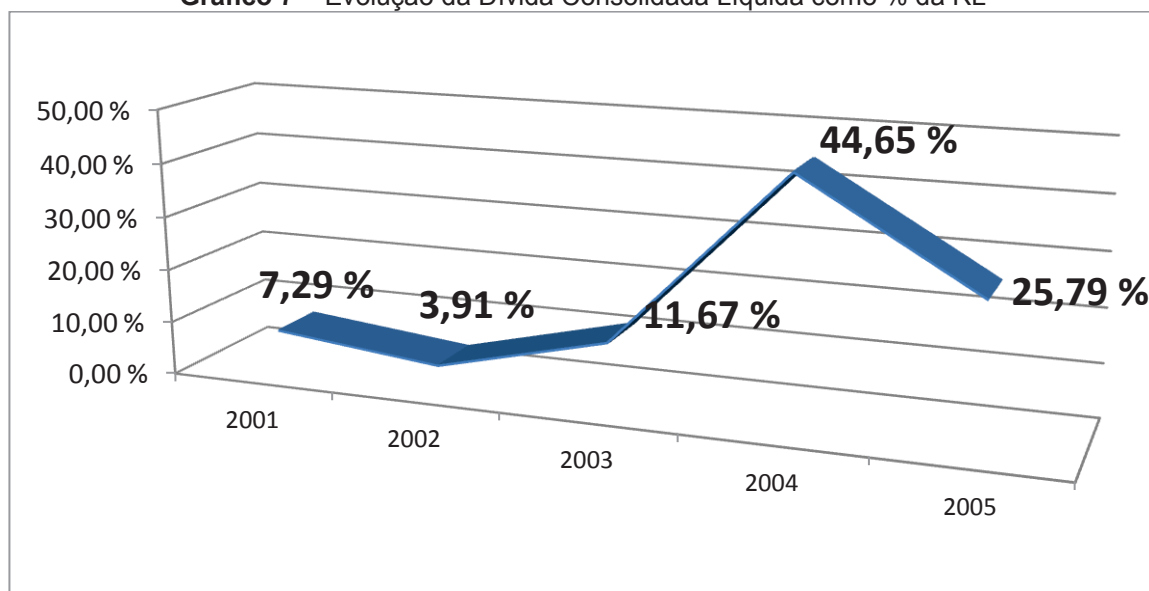
Ano	Receita Líquida Constante*	Dívida Consolidada Líquida	
		Constante*	% RL
2001	267.173.950	19.479.113	7,29
2002	264.399.596	10.332.155	3,91
2003	261.236.583	30.494.460	11,67
2004	295.590.737	131.981.090	44,65
2005	345.511.248	89.097.167	25,79

Fonte: Tesouro Nacional, relatórios fiscais do município.

(\*) Valores constantes de 2001

**Gráfico 6** – Evolução da Receita Líquida e da DCL do município de João Pessoa

Elaboração própria a partir da Tabela 6.

**Gráfico 7** – Evolução da Dívida Consolidada Líquida como % da RL

Elaboração própria a partir da Tabela 6.

Na Tabela 7 e no Gráfico 8, verificamos a trajetória do PIB, da Receita Líquida e da Dívida Consolidada Líquida, em valores constantes, onde podemos observar uma retração do PIB contrastando com os aumentos da Receita e da Dívida Pública Municipal.

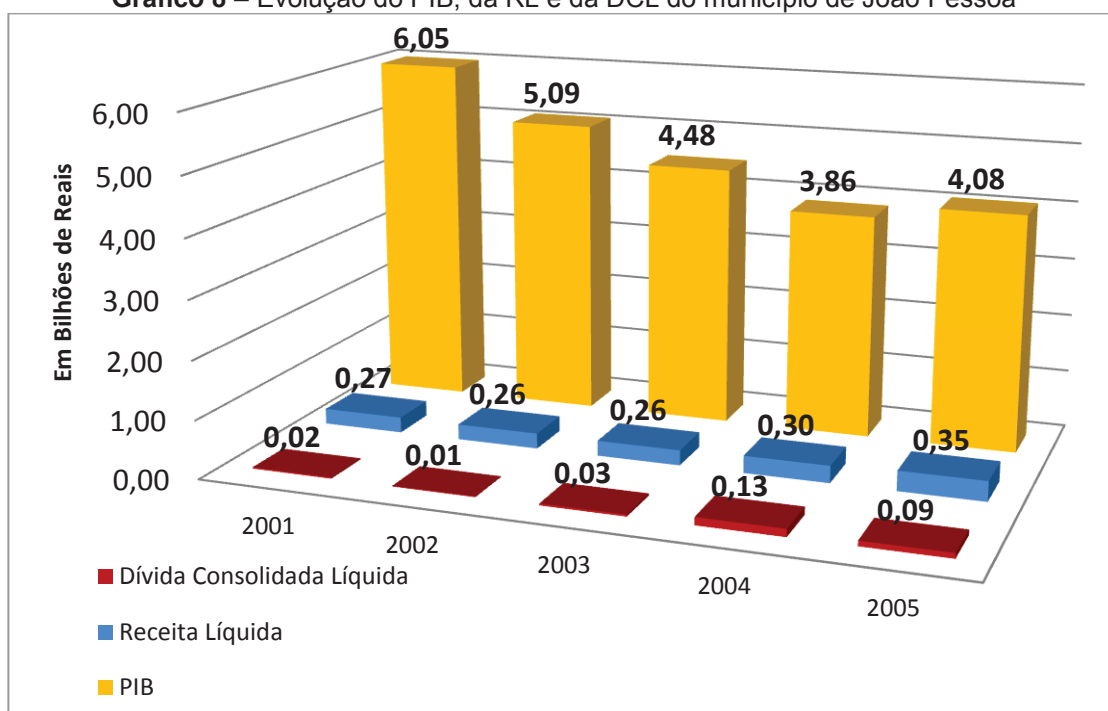
**Tabela 7:** Evolução do PIB, da RL e da DCL do município de João Pessoa  
Em R\$ 1,00

Ano	PIB Constante*	Receita Líquida Constante*	DCL Constante*
2001	6.052.643.340	267.173.950	19.479.113
2002	5.086.218.535	264.399.596	10.332.155
2003	4.482.620.694	261.236.583	30.494.460
2004	3.855.621.138	295.590.737	131.981.090
2005	4.080.935.335	345.511.248	89.097.167

Fonte: Tesouro Nacional, relatórios fiscais do município.

(\*) Valores constantes de 2001

**Gráfico 8 –** Evolução do PIB, da RL e da DCL do município de João Pessoa



Elaboração própria a partir da Tabela 7.

A Carga da Dívida por sua vez trata do nível de recursos destinados ao pagamento do Serviço da Dívida, que são os encargos e amortizações da Dívida Total. Chegamos ao valor da Carga da Dívida através da relação entre Serviço da Dívida/Receita Líquida.

Para se especificar a carga da dívida, recorreremos à Tabela 9 que relaciona o serviço da dívida com a receita líquida, de acordo com esta tabela e com o Gráfico 11, verificamos uma redução da Carga da Dívida, de 2,08% em 2001 para 1,7% em 2005. O aumento real da receita líquida em 29,32% neste período contribuiu para a redução da carga da dívida, uma vez que o serviço da dívida aumentou apenas 6% neste mesmo período.

**Tabela 8:** Serviço da dívida do município de João Pessoa – Valores Correntes  
Em R\$ 1,00

Ano	Juros	Amortização	Serviço da Dívida
	Valores Correntes		
2001	3.445.400	2.107.733	5.553.133
2002	3.385.130	2.136.089	5.521.219
2003	4.108.320	2.133.966	6.242.286
2004	4.437.427	2.611.991	7.049.418
2005	4.643.202	4.475.412	9.118.614

Fonte: Tesouro Nacional, relatórios fiscais do município.

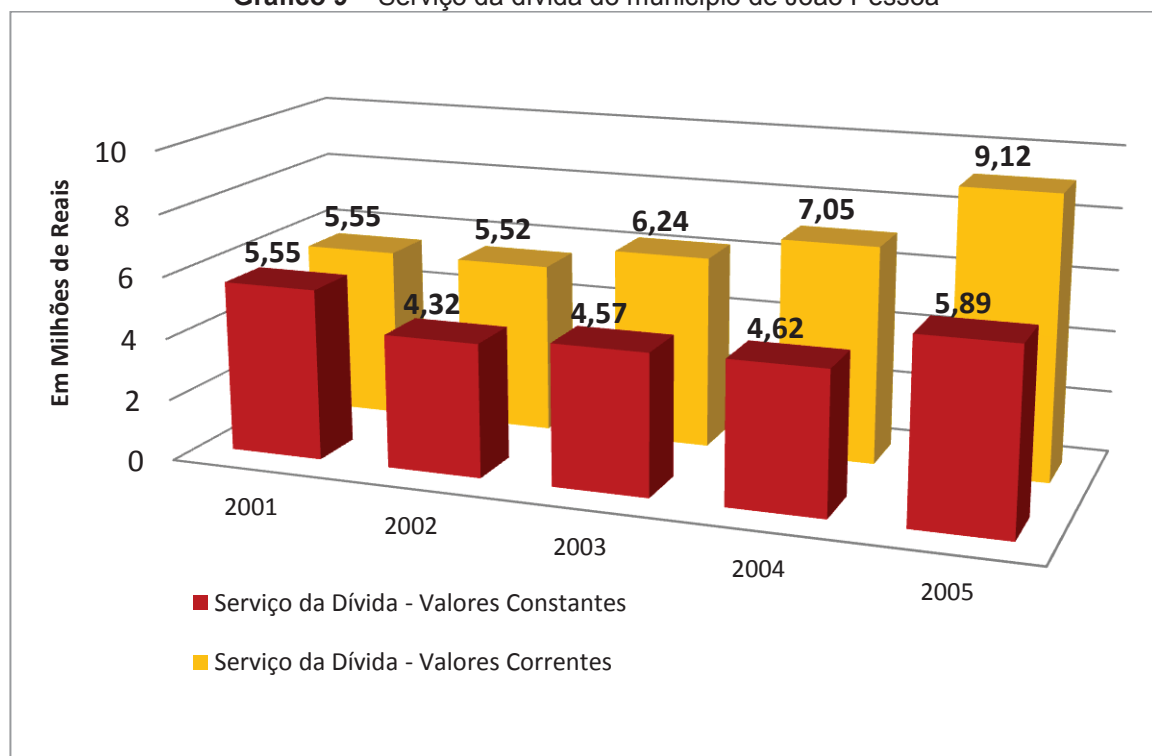
**Tabela 9:** Serviço da dívida, receita líquida e carga da dívida do município de João Pessoa  
Em R\$ 1,00

Ano	Juros	Amortização	Serviço da Dívida	Receita Líquida	Carga da Dívida%
	Valores Constantes*			Constante*	
2001	3.445.400	2.107.733	5.553.133	267.173.950	2,08
2002	2.651.696	1.673.277	4.324.973	264.399.596	1,64
2003	3.009.175	1.563.042	4.572.217	261.236.583	1,75
2004	2.905.244	1.710.106	4.615.350	295.590.737	1,56
2005	2.997.367	2.889.052	5.886.419	345.511.248	1,70

Fonte: Tesouro Nacional, relatórios fiscais do município.

(\*) Valores constantes de 2001

**Gráfico 9 – Serviço da dívida do município de João Pessoa**

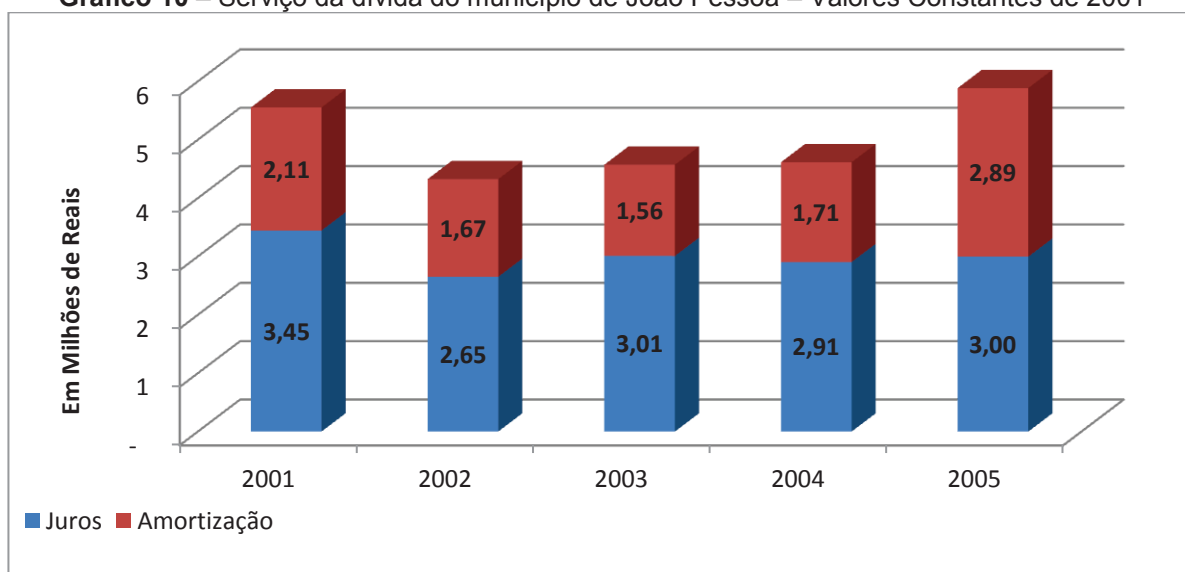


Elaboração própria a partir das Tabelas 9 e 10.



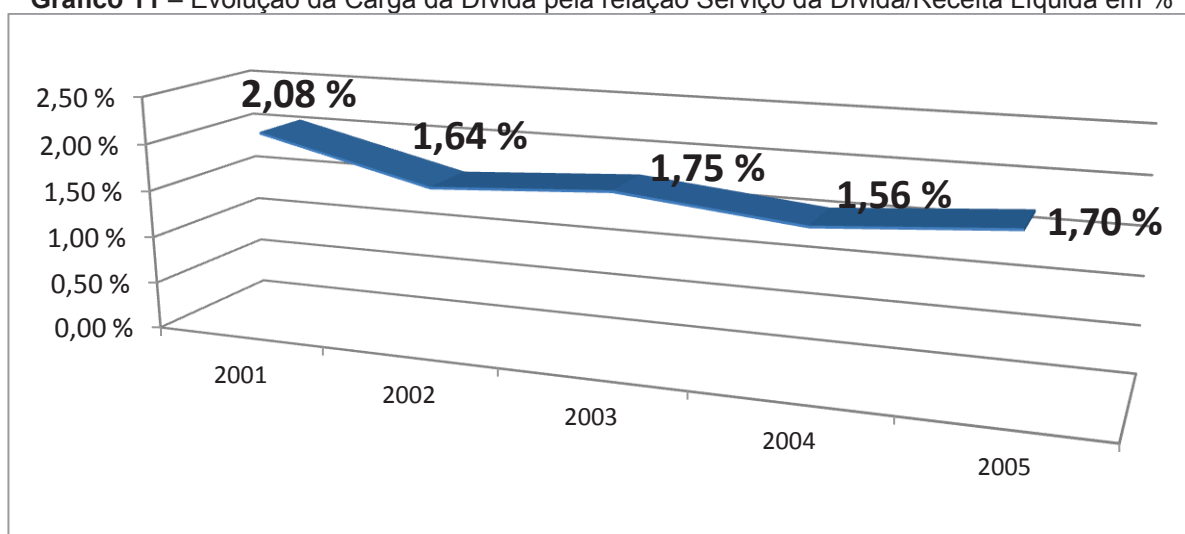
Através do Gráfico 10, podemos visualizar a evolução da composição do serviço da dívida, através de pagamentos de juros maiores que a amortização realizada em todo o período. Porém, observamos uma tendência dos valores dos juros manterem-se constantes, enquanto o valor a amortização evoluírem para um crescimento, após a redução de sua participação de 2001 para 2002.

**Gráfico 10** – Serviço da dívida do município de João Pessoa – Valores Constantes de 2001



Elaboração própria a partir da Tabela 9.

**Gráfico 11** – Evolução da Carga da Dívida pela relação Serviço da Dívida/Receita Líquida em %



Elaboração própria a partir da Tabela 9.

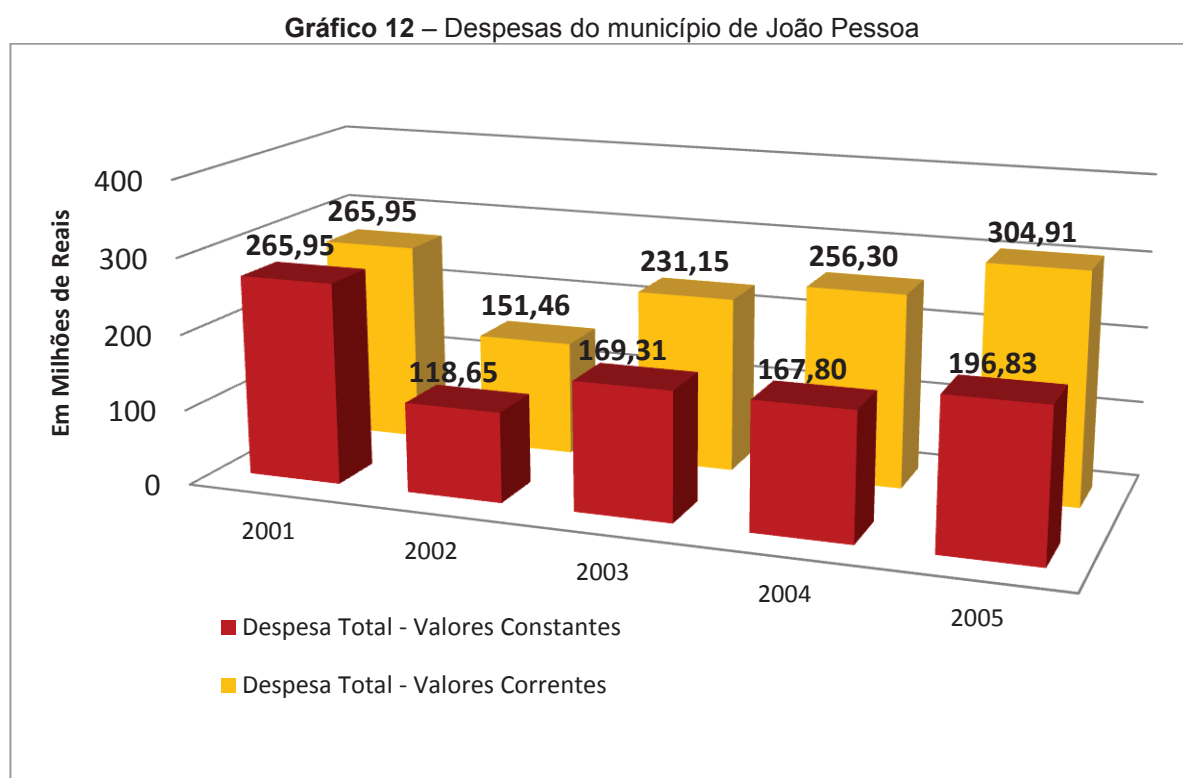
Quanto às Despesas do município de João Pessoa, apesar de um crescimento nominal, ao subtrairmos o efeito da inflação, verificamos que houve um declínio em valores reais, como observamos na Tabela 10 e no Gráfico 12.

**Tabela 10: Despesas do município de João Pessoa**

**Em R\$ 1,00**

Ano	Despesa Total	
	Corrente	Constante*
2001	265.951.922	265.951.922
2002	151.461.337	118.645.206
2003	231.152.905	169.309.995
2004	256.299.212	167.802.572
2005	304.911.821	196.832.423

Fonte: Tesouro Nacional, relatórios fiscais do município.  
 (\*) Valores constantes de 2001



Elaboração própria a partir da Tabela 10.

Podemos destacar ainda na Tabela 11 e no Gráfico 13, que as Metas de Superávit Primário para os Estados e Municípios, acordadas com o Fundo Monetário

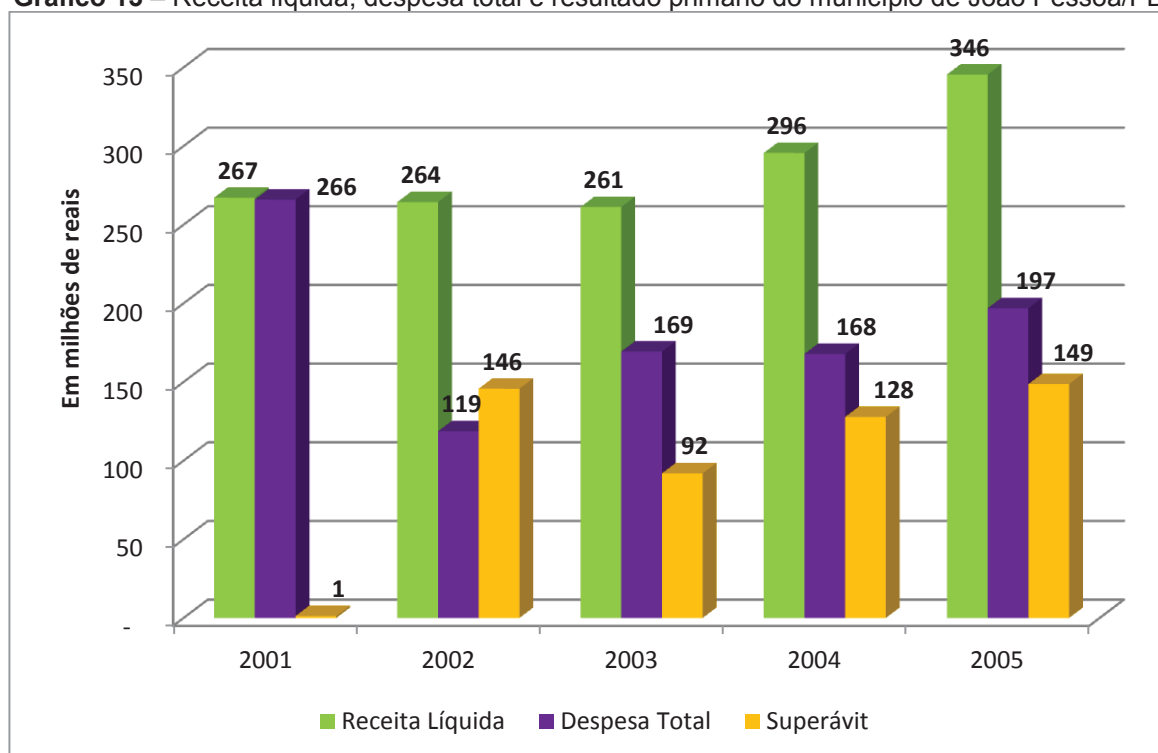
Internacional (FMI) no final da década de 1990, foram atingidas com folga significativa em 2002, onde o superávit representou 2,87% do PIB. O mesmo não ocorreu em 2001, quando o superávit alcançou apenas 0,02% do PIB. Este acordo estabelecia que o superávit primário dos estados e municípios deveria ser maior ou igual a 0,4% do PIB em 1999; a 0,5% do PIB em 2000; a 0,8% do PIB em 2001 e 0,6% do PIB em 2002. (MINISTÉRIO DA FAZENDA, 1998; 2001)

**Tabela 11:** Receita líquida, despesa total e resultado primário do município de João Pessoa  
Em R\$ 1,00

Ano	Receita Líquida Constante*	Despesa Total Constante*	Déficit/ Superávit
2001	267.173.950	265.951.922	1.222.028
2002	264.399.596	118.645.206	145.754.390
2003	261.236.583	169.309.995	91.926.587
2004	295.590.737	167.802.572	127.788.165
2005	345.511.248	196.832.423	148.678.825

Fonte: Tesouro Nacional, relatórios fiscais do município.  
(\*) Valores constantes de 2001

**Gráfico 13 –** Receita líquida, despesa total e resultado primário do município de João Pessoa/PB

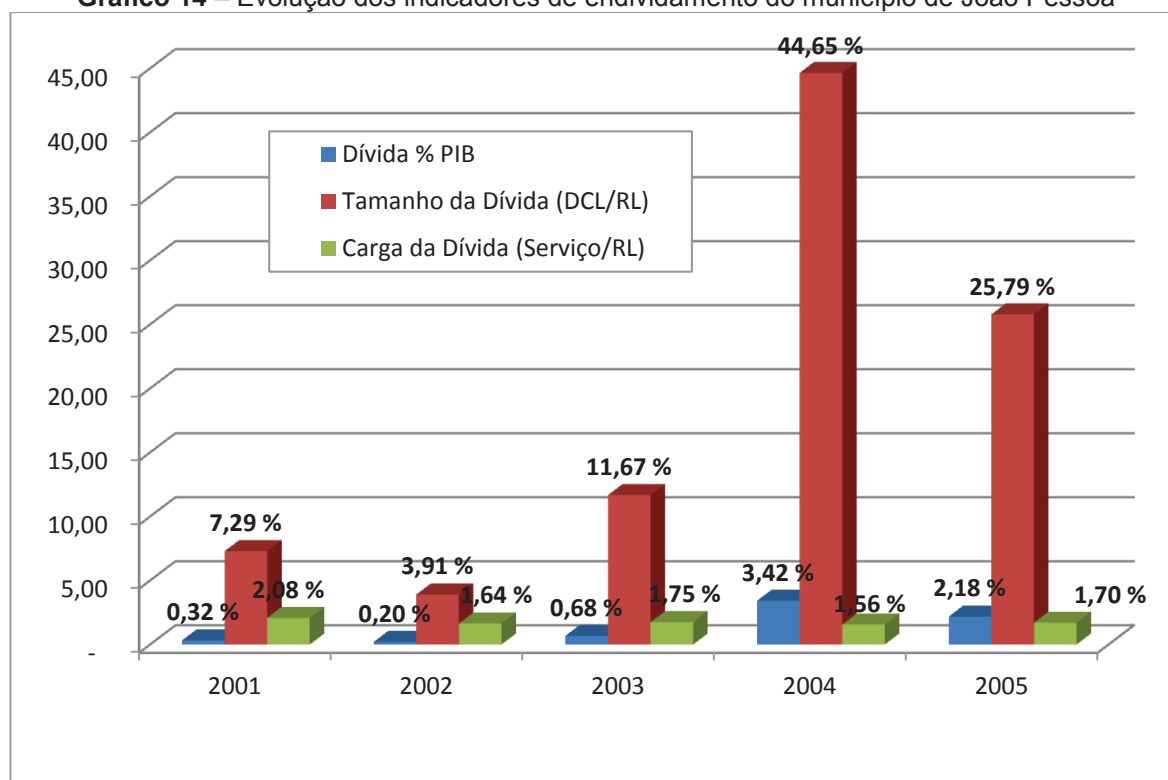


Elaboração própria a partir da Tabela 11.

No Gráfico que segue observamos um aumento significativo dos indicadores fiscais e de endividamento do município de João Pessoa no período analisado. Apesar da Lei de Responsabilidade Fiscal, que buscou austeridade à política fiscal, conforme descrito pelo Tesouro Nacional:

A Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, intitulada Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, mediante ações em que se previnam riscos e corrijam desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, destacando-se o planejamento, o controle, a transparência e a responsabilização como premissas básicas (BRASIL, 2000).

A Constituição Federal de 1988 atribuiu ao Senado Federal à responsabilidade da fixação dos limites de endividamento de cada nível de governo. O Senado Federal teve sua competência reiterada pela LRF para disciplinar estes limites. Desta forma, após a promulgação da LRF, o Senado Federal editou a Resolução nº 40, de 2001, que dispõe sobre os limites globais para o montante da dívida pública consolidada e da dívida pública mobiliária dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, estipulando que a partir de 2016, as dívidas consolidadas líquidas dos municípios não poderão ultrapassar 120% das receitas correntes líquidas. Até este exercício, possíveis excessos ao limite fixado deverão ser reduzidos na proporção de 1/15 por ano, no mínimo. Conforme a Secretaria do Tesouro Nacional, através de seus relatórios fiscais do município de João Pessoa, ilustrados tanto na Tabela 6, como nos Gráficos 7 e 14, que no período de 2001 a 2005, o município de João Pessoa permaneceu com sua relação DCL/RL dentro do limite da RSF 40/2001 estipulada para 2016.

**Gráfico 14** – Evolução dos indicadores de endividamento do município de João Pessoa

Elaboração própria a partir das Tabelas 5, 7 e 10.

**Tabela 12:** Despesas com pessoal - valores constantes

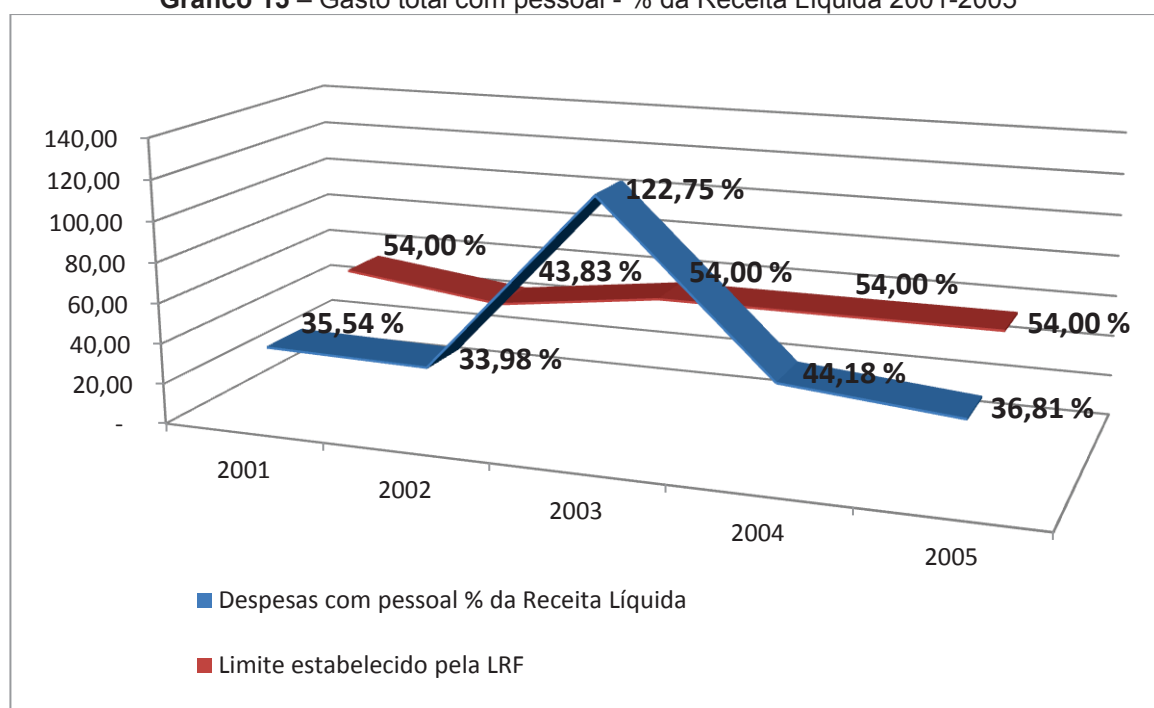
Ano	Receita Líquida Constante*	Despesas com Pessoal		% RL	Limite** LRF
		Corrente	Constante*		
2001	267.173.950	94.945.331	94.945.331	35,54	54,00
2002	264.399.596	114.703.000	89.851.056	33,98	43,83
2003	261.236.583	437.797.000	320.668.295	122,75	54,00
2004	295.590.737	199.456.000	130.586.550	44,18	54,00
2005	345.511.248	197.006.928	127.175.624	36,81	54,00

Fonte: Tesouro Nacional, relatórios fiscais do município.

(\*) Valores constantes de 2001

(\*\*) Limite Legal (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)

A LRF restringe ainda o gasto total com pessoal dos municípios em relação da receita líquida de acordo com a Tabela 12. Assim, apesar do município de João Pessoa ter se mantido dentro do limite da relação DCL/RL durante quase todo o período analisado, verificamos através da tabela citada e do Gráfico 15 que o gasto com pessoal ultrapassou seu limite em 2003, vindo a declinar em seguida.

**Gráfico 15** – Gasto total com pessoal - % da Receita Líquida 2001-2005

Elaboração própria a partir da Tabela 12.

Podemos observar que, apesar de manter-se praticamente no mesmo nível, um pequeno aumento da despesa total com pessoal como percentual da receita líquida ocorreu devido a sua elevação de aproximadamente 33,95% em valores reais neste período, enquanto a receita líquida aumentou apenas em torno de 29,32%.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa buscou verificar o comportamento dos indicadores econômico-financeiros da dívida pública do município de João Pessoa, capital da Paraíba, no início deste século XXI, após a implantação de programas de austeridade fiscal como a LRF. Acompanhando a evolução desses indicadores no período de 2001 a 2005.

Concluimos que, a partir de 2001, apesar do aumento real da receita líquida e do resultado primário, e da redução real da carga da dívida, ocorreu um aumento significativo da dívida pública municipal. O crescimento foi bastante acentuado, em função da fragilidade do município quanto às finanças públicas e orçamentárias.

Verificamos nesta fase o declínio do PIB do município de João Pessoa em valores constantes. Contrastando com o crescimento acumulado em valores correntes, que foi de apenas 4,45% neste período. O resultado primário do município atingiu superávits em todos os anos, apesar de em 2001 não ter ficado dentro da Meta de Superávit Primário para os Estados e Municípios, acordada com o Fundo Monetário Internacional (FMI) no final da década de 1990, o que veio a ocorrer em 2002, possivelmente por João Pessoa estar ainda adaptando-se a Lei de Responsabilidade Fiscal. Em 2001 o superávit primário foi de 0,02% do PIB, quando deveria ser igual ou superior que 0,8% do PIB, enquanto que em 2002 foi de 2,87% quando deveria ser igual ou superior a 0,6%.

Esta trajetória positiva do resultado primário deveria permitir uma melhora contínua da capacidade de liquidação de dívidas, porém o que verificamos foi uma trajetória declinante da carga da dívida.

Verificamos também que a relação DCL/RL ficou dentro da meta estabelecida pela RSF 40/2001 para os municípios em 2016, que não pode ultrapassar 120%.

O mesmo ocorreu com os gastos com pessoal, que ficaram dentro do limite estabelecido pela LRF durante todo o período analisado, com exceção do ano de 2003. Os indicadores que determinam o tamanho da dívida apontaram uma evolução crescente atribuída em parte ao aumento dos gastos com pessoal ocorrido em 2003, sem deixar de levar em consideração a falta de comprometimento do governo municipal em reduzir a dívida pública.

## REFERÊNCIAS

BANCO CENTRAL DO BRASIL/DEPARTAMENTO ECONOMICO. **Finanças Públicas**: Sumário dos Planos Brasileiros de Estabilização e Glossário de Instrumentos e Normas Relacionados à Política Econômica Financeira. 6. ed. Brasília, jun. 2008.

BRASIL. Lei de Responsabilidade Fiscal (2000). **Lei de Responsabilidade Fiscal**: lei complementar n. 101, de 4 de maio de 2000. Brasília: Senado Federal, 2002. Disponível em: <[http://www.tesouro.fazenda.gov.br/legislacao/download/contabilidade/lei\\_comp\\_101\\_00.pdf](http://www.tesouro.fazenda.gov.br/legislacao/download/contabilidade/lei_comp_101_00.pdf)>. Acesso em: 09 jan. 2012.

BRASIL. Senado Federal. Resolução n. 40, de 20 de dezembro de 2001. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Poder Legislativo, Brasília, DF, 21 dez. 2001.

BRASIL. Senado Federal. Resolução n. 92, de 27 de novembro de 1998. **Diário Oficial da União**. Poder Legislativo, Brasília, DF, 30 nov. 1998.

CÂNDIDO JÚNIOR, J. O. Os gastos públicos no Brasil são produtivos? **Texto para discussão n.º 78**. Brasília: IPEA, 2001.

CUNHA JÚNIOR, A. M.; FARIAS, W. S. A Dívida Pública na Paraíba nos anos 1990. In: CAMPOS, F.L.S.; MOREIRA, I.T.; MOUTINHO, L.M.G. (Orgs.). **A Economia Paraibana**: Estratégias Competitivas e Políticas Públicas. João Pessoa: Editora Universitária, 2006.

DIAS, F. Á. C. **O Refinanciamento dos Governos Subnacionais e o Ajuste Fiscal 1999/2003**. Brasília: Consultoria Legislativa do Senado Federal, 2004.

DIEESE. Dez perguntas e respostas para entender a dívida pública brasileira. **Nota técnica n.º 14**. DIEESE, fev. 2006.

FEIJÓ, C.A.; RAMOS, R. L. O.; YOUNG, C. E. F.; et al. **Contabilidade Social**: O novo sistema de contas nacionais do Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.



FIORAVANTE, D. G. et al. **Lei de Responsabilidade Fiscal e Finanças Públicas Municipais: Impactos sobre despesas com pessoal e endividamento. Texto para discussão n.º 1223**. Brasília: IPEA, 2006.

GIAMBIAGI, F.; ALÉM, A. C. D. **Finanças Públicas: Teoria e Prática no Brasil**. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

GIAMBIAGI, F.; PINHEIRO, C. A. **Rompendo o Marasmo: a retomada do crescimento do Brasil**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

IPEADATA. **PIB Municipal dos municípios do estado da Paraíba**. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br>>. Acesso em: 14 dez. 2011.

MINISTÉRIO DA FAZENDA. **Acordo Brasil e FMI - Memorando de política econômica**. Brasília, 1998. Disponível em: <<http://www.fazenda.gov.br/portugues/fmi/fmimpe01.asp>>. Acesso em: 12 jan. 2012.

\_\_\_\_\_. **Acordo Brasil e FMI - Memorando de política econômica**. Brasília, 2001. Disponível em: <<http://www.fazenda.gov.br/portugues/fmi/fmimpe08.asp>>. Acesso em: 12 jan. 2012.

NASCIMENTO, E. R.; DEBUS, I. **LEI COMPLEMENTAR Nº 101/2000: Entendendo a Lei de Responsabilidade Fiscal**. 2. ed. Brasília: Tesouro Nacional, 2001.

SANDRONI, P. **Novíssimo Dicionário de Economia**. 14. ed. São Paulo: Best Seller, 2004.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

TESOURO NACIONAL. **Indicadores Fiscais e de Endividamento: Município de João Pessoa - PB**. Disponível em: <<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/lrf/resultado2.asp?uf=PB&integracao=S&nome=&ente=1245&ESTADOS.x=42&ESTADOS.y=3>>. Acesso em: 16 dez. 2011.

VARIAN, H. R. **Microeconomia: princípios básicos, uma abordagem moderna**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.